



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.6 | DEZEMBRO
2021





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.6

DEZEMBRO
2021



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da EDITORA INTEGRALIZE, (SC) Brasil

International Integralize Scientific. 6ª ed. Dezembro/2021. Florianópolis - SC

Periodicidade Mensal

Texto predominantemente em português, parcialmente em inglês e espanhol.

ISSN/2675-5203

- | | |
|--------------------------------|-------------------------------------|
| 1 - Ciências da Administração | 6 - Ciências Sociais Aplicadas |
| 2 - Ciências Biológicas | 8 - Ciências Jurídicas |
| 3 - Ciências da Saúde | 7 - Linguística, Letras e Arte |
| 4 - Ciências Exatas e da Terra | 9 - Tecnologia |
| 5 - Ciências Humanas/ Educação | 10 - Ciências da Religião /Teologia |



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca da Editora Integralize - SC – Brasil

Revista Científica da EDITORA INTEGRALIZE- Ed.6, n.01,
Dezembro/2021. Florianópolis-SC

PERIODICIDADE MENSAL

Texto predominantemente em Português, parcialmente em inglês e espanhol.

ISSN/2675-5203

- 1.** Ciências da Administração
- 2.** Ciências Biológicas
- 3.** Ciências da Saúde
- 4.** Ciências Exatas e da Terra
- 5.** Ciências Humanas / Educação
- 6.** Ciências Sociais Aplicadas
- 7.** Ciências Jurídicas
- 8.** Linguística, Letras e Arte
- 9.** Tecnologia
- 10.** Ciências da Religião / Teologia



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

EXPEDIENTE

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

ISSN/2675-5203

É uma publicação mensal, editada pela EDITORA INTEGRALIZE - Florianópolis - SC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande, CEP 88032-005.

Contato: (48) 99175-3510

<https://www.integralize.online>

Diretor Geral

Luan Trindade

Diretor Financeiro

Bruno Garcia Gonçalves

Diretora Administrativa

Vanessa Sales

Diagramação

Balbino Júnior

Conselho Editorial

Marcos Ferreira

Editora-Chefe

Vanessa Sales

Editor

Dr. Diogo de Souza dos Santos

Revisores

Francisco Rogerio Gomes da Silva

Murilo Santos Monteiro Dra. Rosa

Permitida a reprodução de pequenas partes dos artigos, desde que citada a fonte.



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC
ISSN / 2675-5203

É uma publicação mensal editada pela EDITORA INTEGRALIZE.

Associação Catarinense de Tecnologia

Florianópolis – SC

Rodovia SC 401, 4150, bairro Saco Grande, CEP 88032-005

Contato (48) 4042 1042

<https://www.integralize.online/acervodigital>

EDITORA-CHEFE

Dra. Vanessa Sales

Os conceitos emitidos nos artigos são de
responsabilidade exclusiva de seus Autores.



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

SOCIAL SCIENCES
APPLIED

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC
ISSN/2675-520

SUMÁRIO – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CONSERVADORISMO E A EDUCAÇÃO PROGRESSISTA - Autor: Alexandre Buccini.....08

CONSERVATISM AND PROGRESSIVE EDUCATION

CONSERVATISMO Y EDUCACIÓN PROGRESIVA

EDUCAÇÃO MUSICAL: A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL - Autor:
Rodrigo João Albino.....20

MUSICAL EDUCATION: MUSIC AS AN INSTRUMENT OF SOCIAL INCLUSION

EDUCACIÓN MUSICAL: LA MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSIÓN SOCIAL

CONSERVATISM AND PROGRESSIVE EDUCATION CONSERVATISMO Y EDUCACIÓN PROGRESIVA

Alexandre Buccini

alexandrealmodovar@gmail.com

BUCCINI, Alexandre. **Conservadorismo e a educação progressista**. Revista International Integralize Scientific. Ed.06, n.1, p. 08-15, Dezembro/2021. ISSN/2675-5203

RESUMO

Objetivo: Trazer uma reflexão sobre como o pensamento conservador, que ganha espaço na política e nas sociedades brasileira e mundial, é a negação do pleno desenvolvimento, objetivo maior da educação brasileira. **Método:** Revisão de literatura e análise crítica. **Resultados:** a educação no Brasil passou por períodos de elitização, ora por ordenações jurídicas, ora por determinações de mercado, sempre servindo como instrumento de dominação e controle. Contudo, nas últimas décadas, com a redemocratização, a Constituição e a LDB, conseguiu evoluir para lograr a formalização de seu objetivo maior: o conceito filosófico e, agora, jurídico do pleno desenvolvimento. No entanto para atingir esse objetivo as condições propícias devem estar presentes, assim como alguns requisitos devem ser cumpridos, ao mesmo tempo fatores impeditivos devem ser eliminados ou controlados. Um desses fatores é o pensamento conservador, como um sistema de pensar individual, que resulta em relações sociais de ódio, intolerância e preconceito, que cresce nas duas últimas décadas no Brasil.

Palavras-chave: Educação, pleno desenvolvimento, pensamento conservador.

ABSTRACT

Objective: To bring a reflection on how conservative thinking, which gains space in Brazilian and global politics and societies, is the denial of full development, the greatest objective of Brazilian education. **Method:** Literature review and critical analysis. **Results:** education in Brazil went through periods of elliptization, sometimes due to legal orders, sometimes due to market determinations, always serving as an instrument of domination and control. However, in the last decades, with the democratization, the Constitution and the LDB, managed to evolve to achieve the formalization of its major objective: the philosophical and, now legal concept of full development. However, in order to achieve this objective, favorable conditions must be present, as well as some requirements must be met, while impeding factors must be eliminated or controlled. One of these factors is conservative thinking, as an individual thinking system, which results in social relations of hatred, intolerance and prejudice, which has grown in the last two decades in Brazil.

Key Words: Education; full development; conservative thinking

ABSTRACTO

Objetivo: Reflexionar sobre cómo el pensamiento conservador, que gana terreno en la política y en las sociedades brasileñas y mundiales, es la negación del pleno desarrollo, principal objetivo de la educación brasileña. **Método:** revisión de la literatura y análisis crítico. **Resultados:** la educación en Brasil pasó por períodos de elitización, a veces a través de ordenanzas legales, a veces a través de determinaciones del mercado, siempre sirviendo como un instrumento de dominación y control. Sin embargo, en las últimas décadas, con la redemocratización, la Constitución y la LDB, logró evolucionar hacia la formalización de su principal objetivo: el concepto filosófico y ahora legal de pleno desarrollo. Sin embargo, para lograr este objetivo, deben estar presentes las condiciones habilitantes, así como también deben cumplirse algunos requisitos, al mismo tiempo que los factores impedimentos deben ser

eliminados o controlados. Uno de estos factores es el pensamiento conservador, como sistema de pensamiento individual, que se traduce en relaciones sociales de odio, intolerancia y prejuicio, que han crecido en las últimas dos décadas en Brasil.

Palabras clave: Educación, desarrollo pleno, pensamiento conservador.

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil permaneceu por muito tempo como algo elitizado, para a realeza, a nobreza e as famílias mais abastadas. Ao mesmo tempo, foi utilizada pela igreja e pelas classes dominantes para seus interesses, como a catequese e a formação básica de profissionais necessários, como carpinteiros, tecelões, ferreiros e outros. Não obstante foi também utilizada como instrumento de opressão e controle, mantendo excluídos os escravos, os índios e os pobres.

Depois de um longo período em que atendeu a interesses políticos, eleitores e até foi submetida a mais de 20 anos de ditadura militar a educação brasileira finalmente chegou a um patamar de maior evolução, atendendo a teorias de desenvolvimento psicológico, pedagogia, direitos fundamentais e um arcabouço acumulado das ciências sociais que inclui o holismo. A educação finalmente chegou a ter seu objetivo maior declarado formalmente na Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) sob a expressão “pleno desenvolvimento”.

No entanto para se obter efetivamente o pleno desenvolvimento dos educandos é preciso que diversas condições estejam presentes, que certos requisitos sejam cumpridos e especialmente que certos fatores negativos ou dificultadores sejam eliminados ou pelo menos controlados. Um desses fatores é o pensamento conservador e o objetivo do presente estudo é promover uma reflexão sobre como ele se relaciona negativamente com o pleno desenvolvimento.

1 PLENO DESENVOLVIMENTO

1.1 A evolução pré-pleno desenvolvimento

Durante a grande maioria das eras passadas a educação no Brasil não era considerada importante para as classes socioeconômicas menos favorecidas, tendo sido vista como uma necessidade apenas da realeza, e das famílias mais abastadas ou detentoras de títulos nobres. Segundo autores como Cerutti e Sousa (2006), Pinheiro (2007), Silva (2010) e Cunha e Regattieri (2008), seja na era colonial (1500-1808), durante o principado (1808-1822), durante a era imperial (1822-1889) ou no início da república a partir de 1889 a educação era uma ferramenta para atender o interesse da igreja e as classes dominantes. A primeira utilizava apenas a educação necessária para disseminar a catequese e a segunda buscava formar pequenos grupos de profissionais especialistas para atender suas necessidades, como tecelões, carpinteiros, ferreiros e sapateiros, entre outros. A própria língua portuguesa funcionava como instrumento de opressão e controle, para excluir plebeus, índios, escravos e pobres. Essa práxis teve seu ápice em 1872 quando um recenseamento nacional mostrou que 82,3% dos sujeitos com mais de 5 anos de idade eram analfabetos. Esse número permaneceu até depois da proclamação da república.

Segundo Nosella (1996), Buffa (1996), Sousa e Cardoso (2006), Espíndola (2006), Pinheiro (2007) e Cunha e Regattieri (2008) nas décadas seguintes ocorreram transformações, mas de uma forma lenta, obscura e problemática. O Brasil foi mudando gradualmente de extrativista para industrialista, o estado assumiu a postura laica (pelo menos em teoria), a

escravidão foi abolida e assim emergiu a necessidade de universalizar a cidadania. A política passou a necessitar de escolas para formar professores e mestres, tendo sido eleito o modelo de escola normal, um modelo elitista que permanece até a atualidade em alguns lugares. O índice de analfabetismo caiu para cerca de 50% da população, mas as classes menos favorecidas continuavam social e politicamente excluídas, os analfabetos não tinham sequer direito ao voto. Mais a frente o Brasil atravessou um período de regime populista que supostamente combatia o elitismo oferecendo a todos educação, mas uma educação apenas voltada para o trabalho, para a formação de mão-de-obra. Até 1964 começaram a surgir e afetar positivamente a pedagogia e a educação em geral os trabalhos de grandes pedagogos, com destaque para Paulo Freire no Brasil, cuja influência desencadeou diversos programas educacionais de excelente qualidade, mas com o início da ditadura militar que se estendeu por mais de 20 anos até 1985 praticamente tudo foi cancelado, suspenso e censurado em nome de uma suposta segurança nacional.

É a partir do final da década de 1980 e especialmente no início da década de 1990 que a educação no Brasil começou a tomar rumos mais comprometidos com a educação em si, deixando gradualmente de ser mera ferramenta de interesse de outros agentes. Segundo Cunha e Regattieri (2008) foi nessa época que ocorreram importantes conferências internacionais sobre educação, sobretudo na Organização das Nações Unidas, emergiram os conceitos de cidadania, de direitos humanos, de igualdade de gêneros, de direitos fundamentais, de uma nova constituição e especialmente, um resgate das ciências humanas, da pedagogia desenvolvida pelos grandes teóricos das décadas passadas.

1.2 A oficialização do pleno desenvolvimento como objetivo maior da educação

De acordo com La Taille et al. (1992), Ramozzi-Chiarottino (1998), Brasil (1996), Abreu et al. (2000) e Araújo (2002) o foco da educação foi gradualmente se deslocando dos interesses externos para o sujeito em si. Teóricos como Freire, Piaget, Vygotsky, Wallon, McClelland e outros contribuíram com a teoria da educação, mostrando como se dá o desenvolvimento e o aprendizado do ser humano, como é sua estrutura neurológica, mental, social, e afetiva. Mas ao mesmo tempo, os interesses do modo de produção capitalista, apontavam para a formação de indivíduos do tipo “mão de obra”, ou seja, com a capacitação profissional para o trabalho, e preferivelmente apenas com ela. Afinal, pensar muito poderia levar a questionar o sistema, o salário, as condições de vida, os direitos, e assim por diante. Uma terceira dimensão percebia a necessidade de preparar efetivamente os sujeitos para o exercício da cidadania, o que de forma contrária, exigia que os indivíduos pensassem o suficiente para lidar com seus direitos e deveres, e soubessem escolher seus candidatos para representá-los politicamente. Essa preocupação com a capacitação para o trabalho e preparo para a cidadania são expressas formalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),

Em 1996 a nova edição da LDB trouxe um melhor detalhamento dos conceitos envolvidos “formação integral”, passou a ser referido como “pleno desenvolvimento”. Na lei antiga, referia-se a “formação integral” como sendo o objetivo do 2º grau, mas presumia-se que todos, ou pelo menos aqueles que fossem cumprir a lei, soubessem o que era exatamente formação integral, o que não ocorria de fato. Na LDB atual observa-se uma mudança radical no texto: primeiro, fala de “desenvolvimento pleno”, e diz que é finalidade da educação, e não somente de algum estágio dela; segundo: além de dizer que deve haver o desenvolvimento pleno, diz logo em seguida e de forma distinta que o aluno deve ser preparado para exercício da cidadania e ter sua qualificação para o trabalho. Essa forma de colocar O - desenvolvimento pleno, II - cidadania e III - qualificação para o trabalho, de forma distinta e separada no texto deixa explicitamente entendido que são três coisas diferentes, ou seja, que uma não implica

necessariamente na outra. É possível praticar a cidadania sem ter alguma qualificação para o trabalho, assim como é possível estar muito bem qualificado para um trabalho sem exercer a cidadania, e é possível exercer a cidadania estando qualificado para o trabalho sem ter desenvolvimento pleno. Logo, o desenvolvimento pleno, referido nesta lei, tem que ser algo mais do que a qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício da cidadania.

Na própria LDB podem-se encontrar indícios do que possa ser esse referido desenvolvimento pleno. O texto lista os princípios que devem nortear o ensino, e se refere às coisas como “igualdade de condições”, “liberdade para aprender, ensinar, divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”, “pluralismo de idéias”, “respeito à liberdade” e “apeço à tolerância”. No artigo 33º é mencionado o “ensino religioso”, e no artigo 36º fala-se de “filosofia” e sociologia. Interpretando a LDB como um todo, não é difícil perceber que ela se refere por “pleno desenvolvimento” ao crescimento do indivíduo enquanto ser humano, em toda sua magnitude, o que é muito mais do que a simples preparação para a cidadania e para o trabalho. É um conceito que engloba a liberdade, a espiritualidade, a tolerância, o saber, o livre pensamento, a consciência crítica, matérias típicas do questionamento filosófico.

1.3 Um novo paradigma desencadeado pelo pleno desenvolvimento

A obtenção do pleno desenvolvimento, ou seja, a forma de se atingir o objetivo maior da educação conforme disposto na LDB é complexa e multifatorial. É preciso que diversos requisitos sejam cumpridos ao mesmo tempo em que um número ainda maior de empecilhos, barreiras, entraves e fatores negativos devem ser eliminados ou controlados. Esses requisitos positivos e fatores negativos estão em praticamente todas as dimensões da educação, na pedagogia, na política, na economia, nas condições físicas e materiais dos estabelecimentos e materiais de educação, e especialmente nos aspectos culturais, tradição, costumes e valores da população.

Segundo Teixeira (2004) o pedagogo Paulo Freire é um exemplo de pensador que sempre a frente de seu tempo já apresentava alguns requisitos pedagógicos necessários para o pleno desenvolvimento mesmo antes que essa expressão integrasse a LDB. A teoria de Paulo Freire diz respeito à abordagem da educação como um todo, provendo uma visão mais abrangente do sentido de integral. É orientada mais para o sujeito do que para o conteúdo, o centro da educação é o indivíduo, suas relações interpessoais, seu estado de elemento ativo na sociedade, sua construção de seu próprio desenvolvimento pessoal e coletivo. Freire se ocupou entre outras coisas em combater o que denominou de “pedagogia bancária”, na qual o indivíduo é visto como uma espécie de “tabula rasa”, um recipiente passivo pronto a acumular o saber passado pelo professor, uma espécie de detentor do saber, das formas tradicionais. O objetivo maior da teoria de Freire é a conscientização, é o desenvolvimento da capacidade de pensar por si próprio e construir-se, aprender a aprender. O Aluno deve adentrar por si mesmo os acontecimentos da realidade social e suas causas, como a fome, a miséria, a falta de emprego, moradia e trabalho.

Para além da teoria de Freire da necessidade de o aluno conhecer por si mesmo a realidade que o cerca e poder tecer sua própria crítica sem uma verdade absoluta ditada, pronta, enlatada, outros fatores se mostraram necessários para o pleno desenvolvimento. Um exemplo pode ser encontrado em Huizinga (1980), Ferreira Neto (1999), Japiassu (2001) e Martins (2004), o lúdico, representado no jogo, na brincadeira, no desafio. O lúdico influencia enormemente o desenvolvimento do aluno. É através do jogo que o educando aprende a agir, sua curiosidade é estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração necessárias para qualquer aprendizado. Entretanto, ainda há educadores que acreditam que brincadeira, jogo, diversão é

algo diferente de aprendizagem, que não podem ocorrer no mesmo momento e contexto. Este é um exemplo de empecilho ao pleno desenvolvimento.

A pedagogia, a didática, a mentalidade de todos os profissionais envolvidos na educação - desde o mais simples professor até o ministro da educação, a família do estudante e a sociedade em geral também têm importante papel na eliminação ou controle dos fatores negativos que dificultam ou impedem o pleno desenvolvimento. De formas diversas, as características do pensamento dominante em uma sociedade vão acabar integrando a mentalidade dos profissionais da educação, dos materiais didáticos, dos planos pedagógicos e até das políticas de educação, por exemplo, preconceitos, discriminação, racismo, especismo, sexismo, machismo, feminismo, ideologias políticas, conservadorismo e dogmas religiosos entre outros. Algumas dessas características podem ser incompatíveis com o pleno desenvolvimento. Uma delas é o pensamento conservador, uma dimensão do conservadorismo, que será objeto de estudo do próximo capítulo.

2 PENSAMENTO CONSERVADOR

2.1 Caracterização do pensamento conservador

Segundo Stelmacki Junior (2006) uma das principais propriedades do pensamento conservador é a crença de que a sociedade é um organismo complexo e formado por múltiplos agentes que se articulam para proporcionar o bem estar geral e, portanto deve evoluir com cautela, lentamente, evitando rupturas e revoluções. Isso implica em uma tendência para manter inalterados diversos padrões, como o econômico, o social, o legislativo, o religioso, os hábitos e tradições, e assim por diante, até a inovação tecnológica é olhada com desconfiança. O pensamento conservador é uma cristalização do que já existe e mesmo diante de indícios de que essa realidade não vai bem, provocando injustiças e mazelas sociais, por exemplo, resiste às mudanças propostas, resiste à ideia de superação de problemas através do movimento e conflito, por mais evidente que seja a necessidade de rupturas e avanços.

Falando sobre a história do pensamento conservador, Lynch (2008) faz uma referência ao debate político que emergiu na Inglaterra nas décadas de 1710 e 1720, envolvendo conservadores e evolucionistas:

O conservadorismo passou a ser entendido então como a defesa de todos os princípios que colaboraram para a manutenção do tecido social e da sociabilidade, da família e dos valores cristãos – a ordem, a autoridade, os costumes e a tradição (LYNCH, 2008, p. 73)

Para Sousa (2010) o pensamento conservador não é um fenômeno natural inerente ao ser humano ou nascido inevitavelmente de seu intelecto. Trata-se do resultado de uma relação dinâmica envolvendo diferentes atores e interesses divergentes e que ocorreu em um momento histórico determinado, relacionado à Revolução Francesa, ao surgimento e consolidação da burguesia como classe hegemônica. O pensamento conservador teria surgido nessa fase histórica como um movimento de reação à Revolução Francesa.

Este panorama demonstra os principais elementos que contribuíram e legitimam a luta da burguesia contra o Antigo Regime. Tais fenômenos estão intimamente ligados à emergência do pensamento conservador, pois é na reação do Terceiro Estado, mais especificamente da burguesia, pela conquista dos direitos civis e políticos que se tem uma reação do clero e nobreza. Tal resposta surge para tentar ainda manter os traços destes ameaçados pela nova estrutura econômica e social. (SOUSA, 2010, p. 22)

Já autores como Sousa (2010b) acreditam, ao contrário, que o pensamento conservador é simplesmente uma atitude natural que se opõe intimamente à teorias, pois “*os conservadores não teorizam as condições concretas em que vivem, porque estão de tal modo ajustados a elas que as aceitam como evidentes e óbvias.*” (p.1). Nesse sentido, o pensamento conservador leva ao impulso natural de aceitar o *status quo* de antemão, sem problematizar, como se tratasse de uma ordem natural e adequada do mundo. É uma forma de considerar as coisas banais a ponto de nem merecerem um exame. “*Os conservadores temem a mudança, qualquer tipo de mudança, e odeiam a crítica, a filosofia, a cultura, a arte, a ciência e a técnica.*” (p.1)

Segundo Silva (2010) o pensamento conservador diz respeito à pretensão de conservar, de manter intacta a situação e a ordem corrente, implicando em rejeitar o novo e o convite à mudança, que são vistos como perigos, como riscos ao estabelecido. Enquanto a modernidade e o pensamento revolucionário, especialmente com a consolidação das ciências sociais aponta para um homem como ser histórico que participa ativamente em sua própria construção e que é capaz de transformar a realidade assim como se adaptar à mudanças o pensamento conservador parte do pressuposto de que a natureza humana é imutável, e logo o homem não pode evoluir social e politicamente ao longo de sua vida, devendo apenas respeitar uma suposta ordem natural das coisas.

No cerne desta tese conservadora há o pressuposto de que a vida humana está vinculada a desígnios sobre-humanos, uma vontade divina que, em última instância, rege os nossos passos. Diante desta, a ação humana seria impotente. (SILVA, 2010, p. 54)

Para além dessas duas vertentes, ou seja, a de que o pensamento conservado é algo natural e inerente do ser humano, e de que ele foi sintetizado como resultado de uma sequência de fenômenos históricos em redor da Revolução Francesa, isto é, da coroação do Iluminismo como base filosófica, jurídica e política das sociedades burguesas alguns autores apontam para possibilidade de o pensamento conservador ser apenas uma questão de pouca inteligência, segundo Pappas (2012) uma pesquisa realizada na Brock University em Ontário, liderada por Gordon Hodson, concluiu que as crianças com baixos níveis de inteligência apresentam maior tendência de manter preconceitos como o racismo, quando se tornam adultas. O estudo também apontou que os adultos com baixa inteligência tendem a gravitar ao redor de ideologias conservadoras, negações científicas e apresentando altos níveis de resistência à mudanças.

Se essas três perspectivas parecem cobrir todas as possibilidades do que seria realmente um pensamento conservador, há ainda uma quarta. Trata-se de outra dimensão ainda do pensamento conservador que é dada por Pansardi (2009) descrevendo o trabalho de Russel Kirk:

Ao definir o que significa o pensamento conservador Kirk nega a este o status de ideologia, seu caráter racionalista, não é, tampouco uma teoria social. O conservadorismo é um estado de espírito, um tipo de caráter, um olhar específico sobre a sociedade. Não sendo um conjunto racional de conceitos, ou um conjunto de dogmas como a religião, o conservadorismo é um sentimento, um “adjetivo” que comporta um sem número de variantes e interpretações. Um conservador, diria Kirk, é simplesmente uma pessoa que pensa como um conservador. (PANSARDI, 2009, p. 320)

Provavelmente a obra mais conhecida que versa sobre o pensamento conservador é “Os dez princípios conservadores”, escrita por Russel Kirk (KIRK, 2013). Nesta obra o pensamento conservador é sistematizado e disposto didaticamente em dez princípios comentados que o definem da seguinte maneira:

- I. Um conservador crê que existe uma ordem moral duradoura;
- II. O conservador adere ao costume, à convenção e à continuidade;
- III. Os conservadores acreditam no que se poderia chamar de princípio do restabelecimento;(Coisas estabelecidas por costume)
- IV. Os conservadores são guiados pelo princípio da prudência;
- V. Os conservadores prestam atenção ao princípio da variedade; (um emaranhado de instituições e estilos de vida)
- VI. Os conservadores são refreados pelo princípio da imperfectibilidade; (O homem é imperfeito e não pode criar uma ordem social perfeita).
- VII. Conservadores estão convencidos de que liberdade e propriedade estão intimamente ligadas;
- VIII. Os conservadores promovem comunidades voluntárias, assim como se opõem ao coletivismo involuntário;
- IX. O conservador percebe a necessidade de uma prudente contenção do poder e das paixões humanas;
- X. O pensador conservador compreende que a estabilidade e a mudança devem ser reconhecidas e reconciliadas em uma sociedade robusta.

Mais que comentar cada um dos princípios, a própria leitura dos dez em sequência dá uma ideia consideravelmente abrangente do pensamento de Kirk.

Até o ano de publicação da obra de Kirk (2013), o liberalismo e o progressismo estadunidense, representado pelo “New Deal” (e tão necessários para uma política econômica de tanto arrojo para salvar uma economia combalida pela crise de 1929), havia transformado o conservadorismo em um sinônimo de reacionarismo, uma ideologia fora do contexto e prejudicial para os interesses políticos e econômicos dos EUA sobre e América Latina e o mundo. Tal atmosfera parecia sepultar o conservadorismo político e econômico. Mas, passada menos de uma década da publicação de Kirk, o contexto mudou: o movimento conservador norte-americano torna-se uma força política de fortes influências no parlamento daquele país, no poder executivo e, conseqüentemente, no cotidiano da sociedade, ao ponto de lançarem um candidato presidencial conservador (Barry Goldwater). O que explica o extraordinário sucesso dessa obra? Como afirma Pansardi (2009), deve-se observar que seu livro não buscou a construção de um arsenal teórico conservador, um conjunto de proposições que embasasse uma nova teoria política conservadora, já que o pensamento conservador não se constitui numa doutrina ou numa ideologia, antes disso, como nos permite a análise em conjunto dos 10 princípios acima citados, é uma forma de pensar a realidade da vida social e os papéis desempenhados pelas instituições, é uma sistemática mental do indivíduo conservador, um modo de olhar para a ordem da sociedade civil e das relações morais entre as pessoas.

2.2 – O atual conservadorismo no Brasil

Desde as eleições de 2018, conforme a análise de Queiroz (2018,) para além da eleição majoritária para presidente, as eleições legislativas configuraram o Congresso Nacional mais conservador desde a redemocratização, com uma pauta conservadora nos costumes, na política de segurança pública e nas questões agrárias, fundiárias e ambientais, sobretudo com o fortalecimento das bancadas dos “3 B’s” – Bíblia, Bala e Boi, evangélica, de policiais, militares e assemelhados, e ruralistas, respectivamente

Como aponta Castro (2018), o conservadorismo no Brasil assume outras faces, diferentes de outros países, afinal, não passamos por uma revolução burguesa, não resolvemos o racismo, herança da escravidão e possuímos umas das maiores desigualdades socioeconômicas do planeta, sem falar dos curtos períodos de Democracia na nossa história,

diferentemente, sobretudo, dos EUA. Logo, comparações feitas de forma cartesiana configuram-se em erro metodológico, contudo, há pontos de aproximação entre o neoconservadorismo nos países europeus, sobretudo do Leste, como nos EUA, principalmente com o advento do “trumpismo”.

Castro nos diz, pensando na onda neoconservadora que abarca os EUA, com resultados para o Brasil:

O marco dessa virada, agora chamada neoconservadora, é considerado livro de Allan Bloom, *The closing of the american mind*, de 1987. Para o referido autor, essa crise moral era especialmente sentida nas universidades estadunidenses que, ao invés de cumprirem seu papel de “bastião da cultura e da civilização”, tinham se tornado um campo de batalha de ideologias revolucionárias. Para Bloom, as universidades nos EUA passavam por um processo de dismantelamento semelhante ao ocorrido com as elites intelectuais alemães nos anos 1930, o que, por sua vez, havia contribuído para a ascensão do fascismo naquele país. (CASTRO, 2018, p. 3)

A *neo direita* brasileira emular vários aspectos da *extrema-direita* europeia e do *tropismo* dos EUA:

Dos movimentos da Europa Oriental reproduzem a luta contra o comunismo e o antagonismo às minorias, mas num país que nunca teve um governo comunista, ou mesmo esteve sob a ameaça efetiva de um levante “vermelho”. Do debate norte-americano, com meio século de atraso, ressuscitou o discurso sobre a necessidade de combater os “ativismos”, que teriam hegemonizado as universidades por meio do “marxismo cultural” e seriam responsáveis pela degradação dos valores da verdadeira Nação brasileira. (CASTRO, 2018, p. 4).

DISCUSSÃO

Uma vez exposto o objetivo maior da educação, que é o pleno desenvolvimento do educando enquanto ser humano completo, entendemos que o conservadorismo estabelece um grande obstáculo para se atingir esse objetivo, pois se recordarmos o que nos mostrou Lynch (2008), ele é a defesa de todos os princípios que contribuem para o *status quo*, no caso brasileiro, a manutenção das desigualdades, racismo, opressão de minorias, não reconhecimento da diversidade e da alteridade, entre tantas outras mazelas de nossa sociedade. Como nos mostra SILVA (2010), há um outro importante aspecto - na atualidade - particular do pensamento conservador (os desígnios de Deus sobre a vida humana), que no Brasil assume um impulsionamento muito grande, vinculado ao crescimento das igrejas cristãs pentecostais e de renovação carismática da igreja católica – como nos mostra o trabalho de Vital da Cunha e Evangelista (2019), o segmento religioso destacado cresce em todos os estratos sociais, mas está predominantemente na base da pirâmide social, em áreas urbanas e periféricas onde a população vive cotidianamente a ausência do Estado. Claro está no trabalho das autoras que se trata de uma população em sua maioria de baixa renda, negra e feminina, assim, pautas como segurança pública e renda passam a estar no radar e se tornam temas de campanhas eleitorais, que trazem como propostas soluções fáceis, imediatistas e até mesmo transcendentais.

De outro lado, pleno desenvolvimento significa mediar o processo de educação no qual o educando é sujeito ativo facilitando sua tomada de consciência crítica sobre a realidade, sua percepção do que ocorre de fato ao seu redor, sua tomada de decisão e formação de opinião espontânea com base no que observa. Como exposto anteriormente, o chamado pleno desenvolvimento na educação está pautado, em grande parte, na obra do educador pernambucano Paulo Freire. Ele sempre foi militante dentro dos meios educacional, político e

social, nos quais sempre se pôs a favor da superação da opressão e das desigualdades sociais, para que este objetivo fosse alcançado acreditava que desenvolver consciência crítica através de uma consciência histórica era um fator determinante. Assim, o projeto de educação que desenvolveu sempre levou isto em conta, sendo construído com bases firmadas no respeito para com o aluno, na conquista da autonomia e na dialogicidade como fundamentos metodológicos (FEITOSA, 1999: 27).

A proposta pedagógica freireana é fundamentada numa antropologia filosófica dialética, que tem como objetivo fazer com que o indivíduo se engaje na luta por transformações sociais (HARMON, 1975: 89). Já o pensamento conservador, por outro lado, tenderá a oferecer uma verdade pronta, sem necessidade de análise crítica, tolhendo essa dimensão do pleno desenvolvimento, do diálogo, da contradição e do conflito. Em uma educação positivista e pautada pelo conservadorismo o educando não é incentivado à livre pesquisa, ao questionamento, na escola tradicional, como aponta Leão (1999), o aluno simplesmente repetindo supostas verdades prontas, que lhe foram repassadas, com uma crítica igualmente pronta e praticamente incluída no pacote, sem desenvolver a autonomia, proposta por Freire e coroada pelo conceito de “pleno desenvolvimento”.

Uma vez que o pensamento conservador ganhe acesso à educação, seja aos atores, aos materiais, à política ou à própria família do educando, ele será exposto aos conceitos mais conservadores, na mesma medida em que, inevitavelmente será afastado de investigações genuínas, de coleta de dados reais e análise dos mesmos por sua iniciativa própria.

O repertório de pensamentos conservadores é amplo e sem exceção deforma a realidade, além de tolher a possibilidade de o educando investigar e conhecer a realidade por si próprio. A seguir alguns exemplos desse repertório, dados por Coimbra (2013) e retirados do cotidiano escolar:

- O Brasil está à beira do abismo
- O Bolsa Família é esmola usada para manipular os pobres (Implícita a idéia de que os pobres são preguiçosos e os próprios culpados de sua situação)
- A situação da criminalidade no Brasil requer mais policiamento e mais penitenciárias.
- O Brasil tem um governo inchado (Implícita a ideia de que estado bom é estado mínimo).
- As pessoas com deficiência física são muito limitadas e a solução é assistência do governo, elas não devem concorrer com pessoas “normais”;
- O Brasil tem municípios demais (Que sentido haveria em considerar imutável a organização administrativa de um país em que a população se movimenta pelo território, fixando-se em novas regiões?).
- No Brasil há muito pouco racismo e somente contra negros;
- O Judiciário é nosso deus e Joaquim Barbosa, nosso pastor (Os conservadores brasileiros desconfiam da política e têm ojeriza a políticos. Quem mais senão o presidente do Supremo Tribunal Federal encarnava os “anseios da sociedade contra os políticos corruptos?”).
- A desigualdade social no Brasil é causada principalmente pela existência de muitas pessoas pobres;
- O mensalão foi o maior escândalo de nossa história (O “mensalão” não passa de um exemplo do modo como as campanhas eleitorais são financiadas. Só os desinformados acreditam ser ele um caso excepcional.)
- A liberdade de imprensa está ameaçada (Volta e meia, essa ideia é usada pela imprensa conservadora para defender os interesses de um pequeno grupo de corporações de mídia).

- O Brasil virou as costas para seus parceiros internacionais e se aliou aos radicais” (De qual país o Brasil se afastou, de fato, nos últimos anos?)

Quando um educando, ao invés de ser exposto a um desses pensamentos prontos é convidado a buscar informações e tecer sua própria crítica, geralmente ele chega a conclusões diferentes destas já estabelecidas.

Considerando que o pleno desenvolvimento deve ser o princípio norteador para a formação da sociedade do amanhã, dos profissionais, políticos e pessoas em geral que vão construir o mundo, nesta perspectiva progressista e dialógica de educação, mediada e influenciada por Freire (sobretudo ele), Freinet, Piaget, dentre tantos outros pensadores da educação, se opõe a esse progressismo o que definimos aqui como o pensamento conservador, como sistemática de pensamento, não como doutrina ou ideologia, assim, influenciando na formação de professores, na construção identitária de escola e de políticas públicas para a educação. Mais do que tecer uma exposição ideológica, pretendemos ter demonstrado a contradição básica entre pleno desenvolvimento e pensamento conservador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento conservador em suas manifestações mais populares pode ser um enorme obstáculo à realização do pleno desenvolvimento, que é o objetivo maior da educação nos moldes atuais.

Sugere-se a realização de estudos para elaborar e testar ferramentas capazes de identificar e caracterizar o conservadorismo em toda comunidade escolar: professores, pais, educando, coordenação, direção etc., para assim testar e desenvolver propostas didático-pedagógicas que levassem à superação dos preconceitos, das exclusões, da desigualdade, dentre tantas outras mazelas. Uma possibilidade para tal seria buscar a construção de ferramentas que por intermédio do lúdico propusessem ao educando buscar por si mesmo os fatos da realidade que o cerca e construir sua própria crítica.

A atual conjuntura da educação, do quadro político e da deterioração das relações sociais e até mesmo, da própria democracia, demonstram a necessidade urgente de transformações que nos conduzam ao humanismo, que partiria inicialmente do processo educacional, como bem corrobora a legislação educacional brasileira nas últimas décadas; Uma educação para o pensar, o sentir, o questionar, refletir, que teria nos momentos de reflexão filosófica, artística e científica seus principais veículos. Como estamos todos vindo em grande parcela do planeta, o neoconservadorismo, apregoado pela neo direita, sobretudo a estadunidense, com ressonância no Brasil, é a negação do processo civilizatório, da ciência e de valores concebidos desde o iluminismo, é a negação do sentido que se dá à formação do homem nas sociedades contemporâneas. Ou seja, a negação do próprio humano.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Rosa; PEREIRA, Maria Cristina Ribeiro; SOARES, Maria Tereza Peres. (Coord.) Ética. Ministério da Educação – Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 2000.

- ARAÚJO, Ulisses F. Disciplina, indisciplina e a complexidade do cotidiano escolar. In: OLIVEIRA, Marta Kohl de; SOUZA, Denise Trento de.; REGO, Teresa. (orgs.). Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. DOU. Brasília, 1996.
- BUFFA, Ester. Sorteio de vagas na escola, mais um tento do populismo pedagógico. *Jornal 1ª Página*. São Carlos, 1996. p. 2 – 2.
- CASTRO, Felipe Araújo. Precisamos falar sobre o (neo)conservadorismo no Brasil. *UFERSA*. Mossoró, 2018, p. 3 – 4.
- CERUTTI, Elisabeth; SOUZA, Eunice Terezinha Hemelevski de. A educação de jovens e adultos: saberes em processo e vivência constituídas pela URI. *Revista Vivências*, v.1, nº 3, Out. 2006, p. 67 - 72.
- COIMBRA, Marcos. Pensamento conservador: o decálogo do perfeito idiota da direita. *Conversa Fiada*, 2013. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2013/06/15/coimbra-decalogo-do-idiota-de-direita/>>. Acesso em: 27/08/2018.
- CUNHA, Célio; REGATTIERI, Marilza.(Coord.) Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições práticas. Brasília: UNESCO, 2008.
- ESPÍNDOLA, Célio Alves. Resignificando a alfabetização de jovens e adultos no Brasil a partir dos movimentos sociais do campo. *Revista da FAGED*, n. 10, Ago. 2006. p. 49 – 59.
- FEITOSA, Sônia Couto Souza. Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção popular de educação. 1999. 156p. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- FERREIRA NETO, Carlos Alberto. Motricidade e jogo na infância. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.
- HARMON, Maryellen C. Paulo Freire: Implications for a theory of pedagogy. Tese de doutorado. Boston, School of Education, University of Boston, 1975.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva. 1980.
- JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. Criatividade, criação e apreciação artísticas: a atividade criadora, segundo Vygotsky. In: VASCONCELOS, Mário (Org.). *Criatividade: Psicologia, educação e conhecimento do novo*. São Paulo: Moderna, 2001.
- KIRK, Russell. Dez princípios conservadores. Tradução de Ivan Cruz, 2013. Disponível em: <<http://10principios.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 26/08/2018.
- LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloisa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
- LEÃO, Denise M. Maciel. Paradigmas contemporâneos de Educação: Escola Tradicional e Escola Construtivista. *SciELO. Cadernos de Pesquisa*, nº 107, jun. 1999. p. 187-206.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850). *Revista Lua Nova*. v. 4, n. 74, 2008. p. 59-92.
- MARTINS, Marilena Flores. O Homem Lúdico. *international Association for the Child 's Right to Play – IPA*. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.humus.com.br/Humusnews11B.html>> Acesso em: 25/08/2018.
- NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo: Moraes, 1979.
- PANSARDI, Marcos Vinicius. O pensamento conservador norte-americano na educação: de Russell Kirk a Milton Friedman. *Revista Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional*, v. 4, n. 7, Jan. / Jun. 2009. p. 317-332.
- PAPAS, Stephanie. Low IQ & Conservative Beliefs Linked to Prejudice. *LiveScience*. 2012. Disponível em: <www.livescience.com/18132-intelligence-social-conservatism-6racism.html>. Acesso em: 26/08/2018.
- PINHEIRO, Kátia Tôrres. EJA: uma perspectiva histórica e política. *Cantinho das Letras*. 2007. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/621366>>. Acesso em: 25/08/2018.
- QUEIROZ, Antônio A. de. O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos. *Le Monde Diplomatique*. 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>>. Acesso em 28/02/2021.
- RAMOZZI-CHIAROTTINO, Zelia. Psicologia e epistemologia genética de Jean Piaget. São Paulo: EPU. 1988.
- SILVA, Antonio Ozaí da. O pensamento Conservador. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 107, Abr. 2010, p. 53-55.
- SOUZA, Anelisa Prazeres Veloso de; CARDOSO, Cancionila Jankovski. Alfabetização de jovens e adultos em Mato Grosso: aspectos históricos a partir de 1947 a 1990. Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos - CEREJA. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/anelisa_pv_souza_alfa_jov_adultos_mg.pdf>. Acesso em: 25/08/2018.
- SOUZA, Erika Alves de. Breves considerações sobre o pensamento conservador e a pós-modernidade. 56 p. 2010 Monografia (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SOUSA, J Francisco Saraiva de. Eric Voegelin: Pensamento Conservador. CyberCultura e Democracia Online. Mar/2010B. Disponível em: < cyberdemocracia.blogspot.com.br/2010/03/eric-coegelin-pensamente-conservador.html >. Acesso em: 25/08/2018.

STELMACKI JUNIOR, Roberto. Uma análise a respeito do pensamento conservador. Revista Emancipação, ano 6, n. 1. p. 53-67, 2006.

TEIXEIRA, Raimundo Nonato. A alfabetização de jovens e adultos: a abordagem de Paulo Freire. Núcleo de Estudos Pedagógicos Avançados. 2004. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/pesquisa/nepa/3467.doc>>. Acesso em: 25/08/2018.

VITAL DA CUNHA, C. ; EVANGELISTA, Ana Carolina P. . Estratégias eleitorais em 2018: o caso das candidaturas evangélicas ao legislativo.. SUR. REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (IMPRESSO) , v. 1, p. 1-9, 2019.

EDUCAÇÃO MUSICAL: A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

MUSICAL EDUCATION: MUSIC AS AN INSTRUMENT OF SOCIAL INCLUSION

EDUCACIÓN MUSICAL: LA MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSIÓN SOCIAL

Rodrigo João Albino

ALBINO, Rodrigo João. **Educação Musical: A música como instrumento de inclusão social** Revista International Integrate Scientific. Ed.06, n.1, p. 20-45, Dezembro/2021. ISSN/2675-5203

RESUMO

A temática desenvolvida neste trabalho, “A música como instrumento de inclusão social” originou-se a partir do interesse em evidenciar a relação entre a metodologia de ensino e aprendizagem e o ensino de música. Atualmente, o mundo encontra-se bastante conturbado quando consideramos a quantidade de informações que são veiculadas e, conseqüentemente, a velocidade com que são propagadas. Em curtos períodos, portanto, oblitera-se assuntos relevantes, enquanto destacam-se outros de menor relevância. Um resultado comum dessa equação é a dificuldade de assimilação dos dados divulgados. Por isso, os receptores – o aluno, neste caso específica – sentem-se confusos com tal transformação social e são afetados no seu processo de aprendizagem. Para enfrentar as dificuldades impostas por esse quadro, medidas alternativas estão sendo colocadas em prática. Embora ainda contem com pouca visibilidade, estas medidas já são bem recebidas e aplicadas em algumas instituições. Uma destas novas metodologias é a “aprendizagem- serviço”. Quando aplicada, esta metodologia assume o caráter de projeto social que, com a participação dos alunos, cria um ambiente harmonioso para a realização das aulas, desenvolve aspectos humanísticos importantes para a comunidade em questão, contribuindo, enfim, para a resolução de problemas. Neste trabalho refletimos, essencialmente, sobre o ensino com música. Queríamos ver a sua influência no processo de aprendizagem do aluno. Os resultados, quer através das respostas dos alunos, quer através das respostas dos seus encarregados de educação, mostram que a utilização da música neutraliza o estado de apatia do aluno, motiva-o para os relacionamentos sadios, para a entrega mais voluntariosa aos estudos. Também reduz o stress e dá-lhe mais equilíbrio emocional, o que traduz em melhor desempenho.

Palavras-chave: Música, Ensino, Metodologia, Serviço-aprendizagem e Inclusão Social.

ABSTRACT

The theme developed in this work, "Music as an instrument of social inclusion" originated from the interest in highlighting the relationship between teaching and learning methodology and music teaching. Today, the world is very troubled when we consider the amount of information that is being transmitted and, consequently, the speed with which it is propagated. In short periods, therefore, important subjects are obliterated, while others of lesser relevance stand out. A common result of this equation is the difficulty of assimilation of the disclosed data. Therefore, recipients - students, in this case - feel confused by such social transformation and are affected in their learning process. In order to face the difficulties imposed by this framework, alternative measures are being put into practice. Although still lacking in visibility, these measures are already well received and implemented in some institutions. One of these new methodologies is "service-learning". When applied, this methodology assumes the character of a social project that, with the participation of the students, creates a harmonious environment for the accomplishment of the classes, develops important humanistic aspects for the community in question, contributing, finally, to the resolution of problems. In this work, we mainly reflect on teaching with music. We wanted to see their influence on the student's learning process. The results, either through the students' responses or through the responses of their parents, show that the use of music neutralizes the student's state of apathy, motivates him to healthy relationships, and more willingly to study. It also reduces stress and gives you more emotional balance, which translates into better performance.

Keywords: Music, Teaching, Methodology, Service-learning and Social Inclusion.

ABSTRACTO

La temática desarrollada en este trabajo, “La música como instrumento de inclusión social”, nació del interés por resaltar la relación entre la metodología de enseñanza y aprendizaje y la enseñanza de la música. Actualmente, el mundo está bastante preocupado cuando consideramos la cantidad de información que se transmite y, en consecuencia, la velocidad a la que se propaga. En breves períodos, por tanto, se borran cuestiones relevantes, mientras que se destacan otras de menor relevancia. Un resultado común de esta ecuación es la dificultad de asimilar los datos revelados. Por tanto, los destinatarios - el alumno, en este caso concreto - se sienten confundidos por tal transformación social y se ven afectados en su proceso de aprendizaje. Para hacer frente a las dificultades que impone este marco, se están poniendo en práctica medidas alternativas. Aunque todavía tienen poca visibilidad, estas medidas ya son bien recibidas y aplicadas en algunas instituciones. Una de estas nuevas metodologías es el “aprendizaje-servicio”. Cuando se aplica, esta metodología asume el carácter de un proyecto social que, con la participación de los estudiantes, crea un ambiente armonioso para las clases, desarrolla importantes aspectos humanísticos para la comunidad en cuestión, contribuyendo en última instancia a la resolución de problemas. En este trabajo reflexionamos, fundamentalmente, sobre la enseñanza con música. Queríamos ver su influencia en el proceso de aprendizaje del estudiante. Los resultados, ya sea a través de las respuestas de los estudiantes o de sus tutores, muestran que el uso de la música neutraliza el estado de apatía del estudiante, lo motiva hacia relaciones saludables, hacia un compromiso más voluntario con los estudios. También reduce el estrés y le brinda más equilibrio emocional, lo que se traduce en un mejor desempeño.

Palabras clave: Música, Docencia, Metodología, Aprendizaje-servicio Inclusión social.

INTRODUÇÃO

O presente documento trata-se de um ensaio reflexivo de como a música dentro do ambiente escolar, em especial na Educação Infantil e Ensino Fundamental pode ser trabalhada numa perspectiva inclusiva, em que as diferenças individuais e grupais sejam observadas, considerando o contexto da diversidade cultural e a riqueza das manifestações musicais presentes na escola.

Ressalta-se também que não é objeto deste estudo discutir os conceitos e definições de inclusão, embora seja necessário se ater a mais ampla visão sobre o assunto, que compreende uma postura de aceitação, acolhimento e naturalidade no trato de todas as situações que possam compreender as diferenças culturais, sociais, biológicas, ou qualquer outro tipo de diferença. O que realmente é focal neste discurso é o fato de poder existir um ambiente inclusivo nas práticas musicais que acontecem dentro da escola, de compartilhamento e de pertencimento quando se ouve, quando se faz, ou quando se frui música.

A palavra música vem do grego *mousiké*, que designava, juntamente com a poesia e a dança, a arte das musas, pois os gregos atribuíam aos deuses sua música (criação e expressão do espírito) como o meio de alcançar a perfeição. As musas eram as deusas protetoras da educação, que englobam o conhecimento da literatura, da poesia, da música e da dança e alegravam os deuses do Olimpo com seus cantos e, aos homens, elas doavam a inspiração poética e o conhecimento. Na Grécia antiga, a música era considerada como fundamental para a formação dos futuros cidadãos ao lado da matemática e da filosofia (CATÃO, 2011).

A música como manifestação artística acompanha a humanidade ao longo de sua história, desenvolvendo qualidades essenciais no ser humano. Através da música, os povos expressam seus sentimentos, sejam patrióticos, amorosos, religiosos, sociais ou morais. Diferentes compositores, professores e instrumentistas vêm se dedicando a estudar a influência

da música na formação mais completa do ser humano, integrando o indivíduo à sociedade. Portanto, a música, como um dos elementos primários da história da humanidade, envolve regras e princípios que fazem dela uma disciplina.

Com a Educação Musical desenvolve-se a Educação Estética da criança, cria-se sua ideologia como ser social que ama a pátria, as tradições folclóricas, tem amor à natureza e às suas mais belas expressões no mundo que a rodeia (PEREIRA, 2011). A música pode ser um meio de inclusão social e por isso, é importante que os educadores proporcionem às crianças na escola, a apropriação da linguagem musical sem reservas; a música não deve ser um privilégio de alguns, mas patrimônio de todo ser humano (SCHERER, 2013).

Dentro dessa proposta, por meio de estudos bibliográficos, foi analisada a importância da educação musical bem como, a inclusão social da criança através da música, procurando enfatizar o papel pedagógico do professor nesse processo ensino-aprendizagem, assim como as perspectivas futuras da docência musical frente ao desenvolvimento tecnológico.

JUSTIFICATIVA

O interesse pela inclusão da música no desenvolvimento da economia social surge como resultado da minha experiência com a música e por ter vivido uma relação de quase 20 anos ao lado dessa arte transformadora. De forma sempre particular, estudei com professores de diversos lugares do mundo e percebi que a música pode ser um excelente meio de transformação pessoal e social.

Assim, a questão da escolha da inserção da música na aprendizagem ocorreu, essencialmente, por dois motivos:

(i) o primeiro resulta da minha própria experiência com a música e o que representa para mim, dadas as transformações que em mim operou. A música, durante minha vida, permitiu-me aceder a diferentes modos de aprendizagem e atuação na sociedade. Fez-me acreditar no sucesso das aprendizagens e orientou os meus comportamentos para os valores voltados para a cultura, paz, solidariedade, entre outros,

(ii) o segundo motivo coincidiu com a realização do mestrado em economia social que, além de me proporcionar outras atividades que irão ser mencionadas neste trabalho, incluem ainda, a humanização da economia através dos valores.

Assim, a temática desenvolvida neste trabalho, “A música como instrumento de inclusão social” originou-se a partir do interesse em evidenciar a relação existente entre a metodologia de ensino e aprendizagem e o ensino da música. Atualmente, o mundo está mais conturbado, o que faz desequilibrar emocionalmente os alunos e, conseqüentemente, a sua atenção aos conteúdos lecionados nas diferentes disciplinas é, tendencialmente, baixa, tal como acontece com a sua motivação para as coisas.

Neste contexto, a economia social associada a metodologias de ensino-aprendizagem pode servir para conduzir o aluno para um estado de maior equilíbrio pessoal e social. Para enfrentar as dificuldades impostas por esse quadro, medidas alternativas estão sendo colocadas em prática. Embora ainda com pouca visibilidade, estas medidas já são bem recebidas e aplicadas em algumas instituições. Uma destas novas metodologias é a “aprendizagem-serviço”.

Quando aplicada, esta metodologia assume o caráter de projeto de ensino de vocação social. Com a participação dos alunos, cria-se um ambiente harmonioso para a realização das aulas desenvolvem-se aspectos humanísticos importantes para comunidade em questão, contribuindo para a resolução de problemas. Desta forma, tal processo possibilita às crianças e aos adolescentes envolvidos neste projeto, um caminho para o exercício e para a conquista da cidadania efetiva. Também contribui para uma melhor inclusão social dado que interage com a comunidade ajudando-a, respeitando-a e tornando-a mais sensível para as questões sociais e para a sustentabilidade da vida.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Atendendo à importância do tema em reflexão, estamos motivados para fazer um ensaio da música como instrumento para inclusão social. Neste sentido, a nossa questão de partida é:
Pode a linguagem musical ser um instrumento de inclusão social dos alunos?

Implícito àquela questão surge-nos outra questão que consiste em saber se faz sentido aplicar a metodologia de aprendizagem-serviço ao ensino da música, ou se faz mais sentido utilizar a música como instrumento para o desenvolvimento pessoal e social, bem como a assumirmos como uma variável de inclusão social.

OBJETIVOS

GERAL

Analisar o papel da educação musical e a música como ferramenta pedagógica do educador musical como instrumento de inclusão social.

ESPECÍFICOS

- a) Refletir sobre a atratividade dos jovens pela música;
- b) Identificar aspectos positivos no desenvolvimento dos jovens através da música;
- c) Ver o impacto social que a música tem sobre a comunidade, através dos jovens que estão a estudar música;
- d) Refletir sobre a utilização da música enquanto instrumento potencializador de sucesso da metodologia da aprendizagem-serviço.

REVISÃO DE LITERATURA

O Ensino da Música no Brasil

Registros do ensino da música no Brasil remontam ao período da colonização, com a vinda dos jesuítas (PEREIRA, 2011), que chegaram com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza em 1549 sendo os primeiros professores de música no Brasil, onde desenvolveram uma educação musical voltada a servir os interesses da Igreja e da Coroa de Portugal (OLIVEIRA, 2011).

O jesuíta José de Anchieta e o padre Antônio Rodrigues ensinavam a música europeia aos habitantes nativos e estes ensinamentos incluíram música, dança e teatro aos nativos e seus

filhos, o que serviu para despertar seus sentidos artísticos e desenvolver habilidades com instrumentos (OLIVEIRA, 2007).

A influência indígena na música brasileira se deu através dos instrumentos de percussão. Com a vinda dos escravos, a influência da música africana no Brasil marcou, enriqueceu e contribuiu para a formação de uma identidade nacional. Os africanos trouxeram instrumentos de percussão como o ganzá, a cuíca e o atabaque. Eles destacavam, principalmente, o ritmo em suas canções e danças referentes à comemoração de suas vitórias, conquistas e tristezas. Esta fusão de culturas de índios, brancos e negros criou uma música para a festividade.

O povo brasileiro é considerado musicalmente completo, sempre gostou de dançar, cantar e tocar instrumentos musicais (PEREIRA, 2011). Em 1808, com a vinda da família real para o Brasil, a música se estendeu da Igreja para os teatros, que costumavam receber companhias estrangeiras, porém, essa música continuava nos padrões da música europeia (OLIVEIRA, 2007).

Em 1848, durante o reinado de D. Pedro II, o ensino regulamentado de música se iniciou com o discípulo do Padre José Maurício, Francisco Manoel da Silva que, em 1845, fundou o Conservatório Brasileiro de Música no Rio de Janeiro, podendo ser considerado um marco para o ensino musical brasileiro. No entanto, as manifestações brasileiras como quadrilhas, choros, modinhas e lundus presentes nos salões estavam excluídas do conservatório (OLIVEIRA, 2011).

Após esse período, surgiram educadores musicais que defenderam a valorização do folclore, da música popular e ritmos brasileiros como, por exemplo, o poeta Mário de Andrade no início do século XX. O maestro Villa-Lobos, também neste período, já trazia a importância da música na educação das crianças, como possibilidade de desenvolver o senso estético (CATÃO, 2011) e assim, conseguiu convencer o então presidente Getúlio Vargas a tornar obrigatório o ensino de Música em todas as escolas do país, através da aplicação da disciplina batizada por ele de Canto Orfeônico, que foi regulamentada através do Decreto n. 19.980, de 18 de abril de 1931.

O Canto Orfeônico esteve presente nas escolas brasileiras até o final da década de 1960, momento em que desapareceu progressivamente da educação. Isto aconteceu, entre outros motivos, depois da promulgação da Lei n. 5.692/71, a qual tornou obrigatório o ensino de artes na disciplina Educação Artística. Com isso, a Educação Artística foi homologada como disciplina e a Música passou a dividir seu espaço com as Artes Cênicas, as Artes Plásticas e o Desenho.

A polivalência no ensino de artes referia-se à ideia de que um mesmo profissional poderia ensinar Artes Visuais, Teatro, Música e Dança (OLIVEIRA, 2011). Em 1996, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, a Educação Artística foi substituída pelo ensino da Arte – música, artes visuais, teatro e dança, nas escolas regulares de ensino. Nessa época, por determinação legal, o MEC criou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com o objetivo de estruturar os conteúdos que seriam socialmente importantes no país, levando em consideração seu grande território e sua diversidade cultural (RIBEIRO, 2012). Porém esta lei, na época de sua vigência em nosso país e apesar de sua importância, apresentou “brechas” quando não esclareceu o rumo do ensino da arte nas escolas (MONTEIRO, 2015).

A partir de 2006, nasce em um encontro na casa do compositor Francis Hime, o GAP (Grupo de Articulação Parlamentar), reunindo políticos de diversos partidos e artistas como Ivan Lins, Fernanda Abreu, Alexandre Negreiros, Cristina Saraiva, Felipe Radicetti e Dalmo Mota (MONTEIRO, 2015).

A Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) também foi convidada a participar de reuniões com o GAP para contribuir nos debates e encaminhamentos para obter melhores resultados para o processo das questões da música no país. Todo esse movimento resultou na aprovação da Lei n. 11.769 publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 5 2008, que veio acrescentar a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica (RIBEIRO, 2012).

Inclusão Social

Este trabalho tem como um dos focos procurar entender como é que o acesso à música pode influenciar na cidadania e na inclusão social de indivíduos que, talvez, nunca tiveram contato ou não foram possibilitados a terem-no com a arte em geral.

Para COM (2003), a inclusão social é o meio que certifica que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acedam às oportunidades e aos recursos indispensáveis para atuarem de forma efetiva na área econômica, social e cultural para melhorem a um nível de vida e bem-estar visto como normal na sociedade em que vivem.

De acordo com o mesmo autor, trata-se de um processo que tem como meta impulsionar a inclusão das vertentes em vulnerabilidade social, enfatizando a cidade, a escola, o emprego e a proteção social. Nomeadamente à solidariedade social que é um processo distinto da exclusão social, pois reflete o companheirismo.

Segundo Laclau (2006), trata-se de um conteúdo de abertura e de gestão: abertura, percebida através da sensibilidade para apontar e recolher as demonstrações de insatisfação e desarmonias sociais, a fim de reconhecer a multiplicidade social e cultural; gestão, percebida como uma segurança no caráter quantificável de exigências e questionamentos, administrados através de técnicas gerenciais e da atribuição de recursos em projetos e programas (as políticas públicas). Método pelo qual a exclusão social é reduzida. Refere-se pela procura da diminuição da desigualdade por meio de objetivos determinados que auxiliem no crescimento da renda e do emprego.

De acordo com Sheppard (2006), a inclusão social relaciona-se com a busca pelo equilíbrio social através da cidadania social. Em resumo, todas as pessoas têm direitos iguais na sociedade. A cidadania social atenta-se com a execução do bem-estar das pessoas como cidadãos.

Figura 1 — Ramos da Inclusão



Fonte: O autor (2020)

Para Teixeira (2005), dá-se à educação uma incumbência preventiva e paliativa da exclusão social. Na preventiva, se apresenta uma educação de valor para todos, que contenha uma obrigação concomitante de equidade, com escolarização integral e dedicação especial às crianças em situação de risco (situação de abandono ou defasagem de idade/série).

Esta ação impediria a formação da era da exclusão, onde a criança pobre, sem escolarização de qualidade, está, potencialmente, rejeitada da economia formal. Tal situação culmina com possibilidades escassas de superar a sua situação na formação de sua família e, desta forma, procria o ciclo que a exclui (do acesso ao rendimento, aos serviços públicos).

Não obstante, ao ser compelida para a não-integração, a criança pobre provavelmente se integrará à delinquência, corroborando o sistema de exclusão. Ainda de acordo com a mesma autora, a inclusão educativa viria a reduzir as discriminações e preconceitos associados às diferenças sociais de gênero, étnicas, culturais, dos incapacitados, divergências que devem se transformar em origens da exclusão.

Neste contexto, a escola pode garantir a conquista de um grupo de habilidades básicas relacionadas com todos os alunos, que ajude a crescer o capital social ou cultural dos cidadãos e da população em geral. A cidadania está interligada ao ingresso aos bens culturais, intelectuais e materiais. Como apresenta Peregrino, Penna, Coutinho e Marinho (1995, p.24) “a ‘igualdade de oportunidades’ requer uma contínua eliminação das desigualdades socialmente estruturadas, rumo a relações menos discriminatórias”. Num universo onde se trata com desigualdades, como a árdua permanência dos indivíduos nas salas de aulas e a conclusão dos estudos, citando caso análogo, os dados relacionados à realidade de educação mundial apresentados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) valendo-se de um artigo de Mittler (2003) à Revista Pátio (nº 20) onde diz que: 150 milhões de crianças saem da escola sem nem terem aprendido a ler ou escrever; 125 milhões de crianças em todo o mundo não frequentam a escola, ocorre que as

raparigas representam dois terços desse grupo; somente cerca de 1% dos deficientes físicos frequentam algum tipo de escola na maioria dos países em desenvolvimento.

Pelo exposto, Penna, Coutinho e Marinho (1995, p.35) consideram que negar ao cidadão o acesso à cultura é “cassar-lhe o direito de usar um código mais rico e mais bem estruturado”. É uma maneira de bloquear o acesso ao conhecimento para uns poucos, sendo que o uso desse código é o requisito básico para que a pessoa possa agir e ter uma atuação mais extensa na sociedade.

Os mesmos autores acreditam que a música enquanto arte e produção cultural, passa a ser patrimônio da humanidade e um direito de todos. Assim, segundo Peregrino, Penna, Coutinho e Marinho (1995, p.24) “democratizar o acesso aos bens coletiva e socialmente produzidos é primordial na construção da cidadania plena”. Não obstante, esses mesmos autores dizem que possuir acesso não exprime absolutamente levar à compreensão integral do que se acede, condição fundamental para que a pessoa se sinta completamente incluída em qualquer grupo social. Isto posto, importa referir que a inclusão social através da música é percebida como uma maneira relevante de levar ao desenvolvimento da cidadania porque a pessoa passando a entender a linguagem musical estará capacitada a apreciar e a interagir musicalmente e socialmente.

Sobre a questão da cidadania, importa referir que, na visão de Santos (1997), ela é formada por variados modelos de direitos e instituições. De igual modo, é objeto de histórias sociais diversas, interpretadas por variados grupos sociais. Os direitos cívicos correlacionam-se ao momento inicial do desenvolvimento da cidadania. Assim, são os mais globalizados no que se refere a base social que buscam e estão sustentados nas organizações do direito moderno e do sistema judicial que o opera.

Os direitos políticos apresentam-se mais morosos e de generalização mais complexa e entendem-se institucionalmente nos parlamentos, nos sistemas eleitorais e nos sistemas políticos como um todo. Por fim, ainda de acordo com o autor, os direitos sociais apenas se manifestam na nossa época e, de maneira efetiva, após da Segunda Guerra Mundial e seu parâmetro social são as classes trabalhadoras e são postos através de diversas instituições que, no geral, formam o Estado-Providência.

Portanto, para Marshall (1967), pode-se deduzir que a cidadania constitui um conceito socialmente construído e que se expande de forma lenta, de tal modo que ao conjunto criado pelos seus três primeiros grandes subconjuntos (o civil, o político e o social), é possível conferir o tempo de vida de cada um em séculos totalmente divergentes.

Em resumo, o conceito de que os direitos sociais reconhecidos no século XX, não intencionavam o surgimento de novos direitos, mas sim a distribuição de antigos direitos a novas áreas da população. Assim, a cidadania em seu âmago, confunde-se com a constituição da cidade, como área organizadora da vida humana, em setores relacionados muito próximos. A pública que abarca tudo que é cotidiano a todas as pessoas e, o setor privado que se dedica ao que é particular. A constituição da vida pública é que possibilita aparecer a inevitabilidade de regulamentação de princípios hábeis de globalizar a possibilidade da convivência humana.

Para Cortina (1997), o conceito de cidadania plena integra um status legal, ou seja, um conjunto de direitos, um status moral, nesse caso, um aglomerado de responsabilidades e de igual modo uma identidade, para que assim uma pessoa conheça e sinta-se fazer parte de uma sociedade. Laborioso é inserir essa cidadania plena em círculos humanos com imensas

desigualdades materiais. É por conta disso que a ideia de cidadania social intencionou pelo menos prover a todos cidadãos um mínimo de bens materiais, que não são deixados para o jogo de mercado, e da cidadania econômica, participantes ativos de bens sociais.

Para Brito (2010), educar musicalmente implica uma formação de público, crítica, um aumento positivo do repertório global do aluno, criação espaços para reflexões, inclusive sobre o comportamento social, do interesse sobre a história, visto que a música e as diversas linguagens da expressão fazem parte deste contexto humano onde ocorrem as inúmeras mudanças da dinâmica cultural. Cria-se então ideia de empatia e de atenção por parte do educador, enxergando a música como um farol, um ato de relação do ser humano com tudo que o cerca. Nesse sentido, a música mostra a incorporação do ser humano/ambiente/cultura.

Trata-se de um ato que se desenvolve pelo realce no sentido da audição, pela transformação na maneira de se envolver com a sonoridade, com o universo de sons e silêncios, levando para a seara da experiência estética. Para o autor, deve existir uma atenção especial para a inevitabilidade de concepção de um método de ensino personalizado, cativante, criativo, que respeite o aluno, ou seja, oferecendo uma enorme relevância ao fato de que professores devem aprender a apreender do aluno, no que se refere ao o que ensinar musicalmente.

Esta formação personalizada, atualmente dá-se o nome de pessoal, através de um ensino que foca sobretudo a pessoa, suas características físicas, sociais, culturais e sua história como cidadão e como ser social. É nesse sentido que se fala aqui em inclusão, quer seja ela educacional, social, étnica, tecnológica, econômica, ou de qualquer outra ordem. Para Drogomirecki (2010), a inclusão não se trata de um procedimento já concluído nas sociedades. Representa uma ideia que atravessa a parcialidade social, amplificando-se e deparando-se com inúmeras resistências e, por diversos setores da sociedade e pessoas.

É nesse sentido que Pavlova (2006, p.21) corrobora a ideia ao comentar que “desde meados dos anos 1990, o ensino de música em comunidades de baixa renda tem sido uma arma contra o aumento da violência e, sobretudo, um instrumento eficaz para o despertar da cidadania. Hoje são dezenas e mais dezenas de projetos de norte a sul do território, alguns mais profissionalizantes, outros menos, mas todos comprovando na prática que a arte é uma ferramenta única na descoberta de novas perspectivas para os jovens”.

Por tudo que foi colocado, cabe-nos concluir que essa missão depende de uma visão integradora e não excludente. E que também, mais importante nessa conjuntura não é só o que limita o ser humano, mas o que é viável implementar para fortificá-lo, para além de suas delimitações, ou seja, como fazer música, criar, ter insights, formar um ambiente acolhedor, mas de maneira que não se pronuncie o termo inclusão. Mesmo porque quando usada esta expressão, já deixa em evidência as pessoas que estão fora do padrão geral.

Acreditamos que a inclusão é feita através do acolhimento, e que de igual modo será necessário o entendimento da vida prática para que se firme o direito à voz e ao sentimento de “também fazer parte”.

Para além de defender a busca de profissionais com conhecimento musical para trabalhar nas escolas, tem que se conceber a ideia do acompanhamento de educadores com conhecimento pedagógico-musical e engajamento no tocante à questão da inclusão. Entendemos que para o desenvolvimento educacional e para as crianças, envolver-se em atividades que os permita sentirem-se como indivíduos criativos, com conhecimentos culturais

relevantes, com musicalidade e dotes artísticos, já é, sem dúvida alguma, uma vivência inclusiva, ainda que com as divergências biológicas, culturais e sociais presentes.

A música como ferramenta na Aprendizagem-Serviço

Neste item desenvolvemos reflexões acerca da música com o ser humano e após, menciona-se algumas outras questões referentes aos acessos e oportunidades de participação em ações voltadas à realização do ser humano como cidadão através da música, de acordo com os direitos designados aos indivíduos.

O princípio das inteligências múltiplas propõe haver um agrupamento de habilidades, chamadas de inteligências, e que cada pessoa as têm em níveis e combinações distintas.

Para Gardner (1995) a inteligência subentende na habilidade de solucionar problemas ou criar produtos que são importantes num específico ambiente ou comunidade. São estas sete: inteligência musical, corporal-cinestésica, lógico- matemática, linguística, espacial, interpessoal e intrapessoal.

A inteligência musical é marcada pela capacidade para reconhecer sons e ritmos, satisfação em cantar ou tocar um instrumento musical.

Para Loureiro (2001) a vida do homem sempre esteve relacionada com a música, desde a mais remota antiguidade, em todas as culturas e povoações, propagando uma sensação às pessoas e movimentando com o mais íntimo de seus sentimentos, seja o da alegria ou da tristeza.

No decorrer da história, a música vem desenvolvendo um importante papel no desempenho da humanidade, tanto no sentido religioso, como também no moral e no social, ajudando para a conquista de hábitos e valores indispensáveis ao exercício da cidadania.

O assunto da música relacionada ao aspecto do trabalho é referenciado por Schwartzman (2000, p.109) “A música é universalmente conhecida como a coletivização-mor entre as artes. [...] dentre as artes, ela é a única que se imiscui no trabalho. Em todas as partes do mundo canta-se durante o trabalho, canções de remar, de colheita, de fiar, etc., etc. É também a música que entra nos trabalhos militares da guerra. Pelo menos até este se tornar mecânico. Os hinários de religião, política, de civismo”.

Para Queiroz (2000) a música quando composta pelos homens, reflete assim, a cultura de uma nação e suas riquezas. Os acontecimentos de uma época, de um determinado lugar, são em geral articulados através da evolução estética de letras musicais, sendo capaz inclusive de utilizar-se desta para a denúncia e crítica social. É cabível afirmar, no entanto, que as letras musicais assentam como poderoso material para a compreensão do real.

De fato, seria inimaginável a humanidade, ou mesmo alguma civilização, sem a presença dela. Pensemos um filme ou uma comemoração sem música, no instante em que se retira de um filme de terror aquele som característico, ele já passa a não dar sensação de medo, ou num filme de drama a percepção de tristeza também não será mais a mesma. A música abraça o ambiente e a pessoa por inteiro, entrelaça-se com a sensibilidade humana e leva-nos para que possamos nos envolver com ela.

Atualmente deparamo-nos com um problema relacionado à significativa importância prestada em determinadas áreas da educação, sobretudo à Matemática, ao Português e ao Estudo do Meio, disciplinas preferidas pelos professores e pelos responsáveis de educação.

Por outro lado, relativamente ao âmbito das Artes, na Educação Básica as Expressões Artísticas, estas são abordadas como categorias de conhecimento menos relevantes na educação dos seus discentes. Nesse sentido, importa mencionar que se um estudante que detém um certo desejo para as artes, especificamente para a pintura, a música, o teatro, o cinema e assim por diante, terá este estudante que seguir para outros percursos que não sejam aqueles que de fato mais almeja, somente porque os responsáveis ou os docentes julgam esta sua área favorita, menos importante?

Esta indagação permitiu-nos refletir a respeito da relevância destas áreas, tão pouco executadas pelos educadores atualmente, serem corroboradas na educação básica. Eis a oportunidade de se cogitar uma interdisciplinaridade nas instituições de ensino, como uma maneira de proporcionar as relações no meio as diversas disciplinas existentes, viabilizando que cada discente molde o seu conhecimento em respeito ao que é conjunto e ao que é pessoal.

Especificamente a música, esta arte deve ser vista como uma criação social e humana que relaciona de muitas maneiras não apenas com a concepção das identidades, individuais e coletivas, mas também com diversos ramos do saber e do conhecimento artístico, humanístico, científico e tecnológico. O progresso da atividade artístico-educativo consegue ser, de um lado, um recinto agregador de diversas competências e aptidões e, de outro, aflora a curiosidade e o conhecimento em relação aos modos como as outras disciplinas se utilizam, manipulam e inventam ideias e conceitos.

Delimitar a música não é um trabalho simples porque a despeito de ser obviamente conhecida por qualquer humano, é penoso esbarrar num conceito que abrange todos os conteúdos dessa prática. Para além de qualquer outra expressão humana, a música detém e manuseia o som e, concomitantemente, alinha-o no tempo.

A música pode, de igual modo, ser estabelecida como um tipo de expressão que tem a voz como meio de comunicação, instrumentos musicais e outros elementos, com a finalidade de transmitir algo a um indivíduo. Podemos afirmar, então, que a música reside numa combinação de sons e de silêncios, através de sequências paralelas, até mesmo em sequências sucessivas e simultâneas que se desdobram no decorrer do tempo.

Encontra-se entre as iniciais experiências sociais da vida de uma criança, desde a vida dentro da barriga da mãe até às vivências musicais em família e em contato com a rádio e a televisão, com práticas religiosas, com o currículo escolar e com os jogos e atividades recreativas.

A música é uma arte com características muito peculiares. As manifestações a que denominamos música não são uma das maneiras de expressão simbólica que o professor deverá presenciar nos alunos no momento do seu encadeamento de ensino aprendizagem. Por todo o exposto, o docente deverá ter claro ao menos quatro linhas de pensamento musical, começando pela importância que a música poderá ter não só para si mas também para quem a ouve, precisará levar em consideração a dinâmica, a maneira como efetuar a sua metodologia de ensino aprendizagem, deverá deter uma índole expressiva na maneira como passa o conhecimento ao estudante, desenvolver, possuir uma sensibilidade sonora diante dos instrumentos musicais à medida que se construa um discurso musical entre discente e docente. Corroborando esse pensamento, Edwin Gordon (2000, p.8) acredita que “A verdadeira apreciação musical exige compreensão”. Aprender música é ser guiado de forma a conseguir dar significado àquilo que se ouve.”

Para Bréscia (2003) a musicalização é um encadeamento da inteligência, que visa estimular e expandir o gosto musical, beneficiando o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, da empatia ao próximo, da socialização e afetividade, bem como ajudando numa espécie de consciência corporal e de movimentação.

Também Hargraves (1995, pp. 27-28) diz-nos que “O que queremos para as nossas crianças, devemos também querer para os nossos professores. Que a escola seja um local de aprendizagem para ambos, e que esta aprendizagem seja impregnada de alegria, envolvimento, paixão, desafio, criatividade e satisfação.”

Assim, as atividades empregadas têm de serem baseadas numa aprendizagem orientada dando prioridade às estratégias que ofereçam o conhecimento evolutivo entre professor e aluno, onde “O professor, (...) tem o dever de utilizar a metodologia que melhor serve os objetivos da sua disciplina na perspectiva de não criar constrangimentos à aprendizagem e progressão do aluno. É em função do aluno e não de qualquer outro interesse, pessoal ou externo, que o professor deve orientar todo o seu trabalho.” (Santos, 2007, p. 43).

Partimos para a realização deste estudo acreditando que a música oferece benefícios enquanto plano do currículo que impulsiona diversas aprendizagens. Todavia, porque “...no altura de “entrada para escola”, a inevitabilidade de adaptação das tarefas escolares à criança, e que resultam de um currículo voltado para aprendizagens escolares mencionadas como essenciais - aprender a ler, a contar e a escrever; a juntar às limitações de formação dos professores e das condições físicas e materiais existentes nas escolas; faz com que por vezes haja um abandono das áreas de carácter expressivo.” (Condessa, 2006, p.79). Desta forma, tencionamos executar uma análise a respeito das potencialidades expressivas e de integração de conteúdos da música na metodologia de serviço-aprendizagem.

Podemos dissertar que a aprendizagem de um princípio profissional, equivale não só no aprender a agir e reagir em situações concretas, portando, como fator base os valores, mas consiste também em aprender no campo dos valores morais, o que é a verdade, a ciência das capacidades teóricas e práticas de cada pessoa. De acordo com Perrenoud (2002, p.12), para “serem profissionais de forma integral, os professores teriam de construir e atualizar as competências necessárias para o exercício, pessoal e coletivo da autonomia e da responsabilidade”.

Para Medeiros (2008, p.71), há que provocar “mudanças nas suas atitudes e comportamentos em prol do seu desempenho, em busca igualmente de uma melhor qualidade de ensino”. Para isso, cabe realizar uma observação, para fazer a diferenciação entre o correto e o incorreto, do elaborar suposições e do deliberar, como por exemplo no que tange a exame de documentos (planificações), opiniões (sugestões da prática educativa, estratégias de ensino-aprendizagem), e debate de questões complexas (avaliação dos alunos) ou de situações concretas (desentendimentos entre alunos, pais ou professores) que possam existir.

Para além disso, e conforme o artigo n.º 2, no ponto n.º 5, da Lei de Bases do Sistema Educativo apela-nos para uma educação em que se promova o “desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva”.

Atualmente, o professor parece limitar-se à reflexão sobre as aprendizagens dos alunos, avaliando aquilo que eles são capazes ou não de fazer e, por vezes, suprime-se observar e classificar a pessoa que inspira aos alunos. De acordo com Serpa (2010, p.15) “Um dos atuais desafios da avaliação escolar consiste em encontrar modos de intervenção que facilitem a aplicação de práticas de avaliação devidamente estruturadas e esclarecedoras da aprendizagem e sua articulação com tarefas próprias da classificação. “

Ainda de acordo com a autora citada, “(...) a aprendizagem não depende apenas da simplicidade com que o professor apresenta a informação. Depende também de outros fatores, entre eles as percepções e expectativas do aluno em relação à sua aprendizagem, o sentido que dá à tarefa, a sua atenção, a forma como usa o tempo, a sua habilidade para ler as expectativas dos professores e a reflexão que faz de todo esse processo.” (Ibid., p.113).

Desta forma, cabe ressaltar que, o professor terá que aprender a relacionar-se como pessoa e a refletir a respeito da pessoa que é, age, transmite e interage com os demais, para que dessa forma possa ensinar, aprender e avaliar os que estão à sua volta, neste caso os seus alunos. Nesse sentido, ao introduzir a música, estaremos a refletir sobre a interdisciplinaridade, ou seja, a romper com os princípios de ensino clássicos, a projetar o ensino para a transformação nas nossas escolas, renovando novos saberes, não só através dos educadores/professores, como também para com os alunos na sala de aula.

Ao abordar a interdisciplinaridade, intima-se que se façam executar novas abordagens de ensino na educação, especialmente no que diz respeito à formação dos professores. Visto que, “(...) o significado da palavra interdisciplinaridade é o objeto de significativas flutuações: da simples cooperação de disciplinas ao seu intercâmbio mútuo e integração recíproca ou, ainda, a uma integração capaz de romper a estrutura de cada disciplina e alcançar uma axiomática comum.” (Pombo, Guimarães e Levy, 1994, p.10).

Atualmente, nas escolas esbarramo-nos com um ensino ainda demasiado clássico, no qual o professor, enquanto profissional de educação se limita a expor matéria, colocar matérias aos estudantes, ordenando com que estes aprendam o que está contido nos programas, a respeito das suas aprendizagens, e que as incorporaram de maneira a transformarem-se cidadãos ativos, participativos e conscientes daquilo que estão a estudar para que, desta forma, se tornem pessoas, indivíduos de educação para a vida e em sociedade em que vivem.

A interdisciplinaridade terá de ser percebida como o método para arranjar os conteúdos das diversas áreas de assuntos e domínios com o objetivo de os agrupar num meio flexível de aprendizagem que possa ir de encontro aos objetivos educativos e que faça sentido para o jovem.

Para Pombo, Guimarães e Levy (1994, p.16), “(...) a interdisciplinaridade apresenta-se como prática de ensino que promove o cruzamento dos saberes disciplinares, que suscita o estabelecimento de pontes e articulações entre domínios aparentemente afastados, a confluência de perspectivas diversificadas para o estudo de problemas concretos, a exploração heurística de transposições conceptuais e metodológicas enfim, que possibilita alguma economia de esforços a até mesmo uma melhor «gestão de recursos», por exemplo, no que diz respeito ao controlo de repetições fastidiosas, à análise de dados, à utilização de instrumentos ou à recolha de informação proveniente de diversas disciplinas.”

Em função disso, e avançando neste tipo de pensamento, o professor terá que variar a sua maneira de ensinar, valer-se de novas técnicas, novos procedimentos, novos recursos,

transformar o ensino menos tedioso e enfadonho para os alunos, mas sim atraente, tentador, de maneira que o estudante aprenda, descobrindo, interagindo não apenas como novos materiais, mas também incluindo suas competências, partilhando-os e discutindo-os com os colegas e com o professor de maneira agradável e comunicativa.

Não obstante, temos que ter consciência que as crianças atualmente vivem frequentemente em convívio com as modernas tecnologias, que dentro de suas casas aprendem o que querem e o que não querem por acesso ao computador, diversas crianças sem o acompanhamento apropriado dos responsáveis na ocasião do seu processo de aprendizagem, por conta da velocidade às imposições profissionais, inclusive da sua vida, que estes levam para sobreviver aos dias que percorrem.

Sendo assim, convém motivar as nossas crianças para as aprendizagens, pois “É a partir do conhecimento da criança que nós, os adultos, nomeadamente os pais, professores e educadores, podemos e devemos encontrar a atitude pedagógica mais adequada às diversas fases do seu desenvolvimento.” (Gonçalves, 1991, p.5). Ainda, “(...) compete ao educador respeitar a sua evolução e criar condições para que ela se expresse livremente.” (Ibid., p. 12). Além disso, “A criatividade desperta-se através do fazer, da experimentação constante. A criatividade apela para uma pedagogia não diretiva, ou, pelo menos, flexível e aberta, que permita que seja a própria criança a descobrir o seu modo de agir e de se exprimir, bem como o material e a técnica que melhor se adaptam à sua expressão pessoal.” (Ibid., p.13).

Pelo exposto, crescentemente, nas escolas, dever-se-ia “(...) dar mais importância à imaginação e à inovação, proporcionando “cenários” para a aquisição de conhecimentos e competências, numa esfera adequada ao fomento da criatividade, através: do grau de estimulação, adequação e diversificação das condições proporcionadas; de um vasto leque de oportunidades de experimentação, de adaptação e de exploração do corpo e do movimento – num espaço físico e estruturado com materiais, situações relacionais e contextuais ricas, e conducentes à sua autonomia; do recurso a instrumentos que promovam uma aprendizagem ativa, construída e com base na satisfação pessoal dos alunos.” (Castro e Carvalho, s.d., p.45).

Assim, face ao acima exposto, cabe mencionar que “A evolução da criança não depende apenas das suas capacidades e interesses, mas também do modo como é estimulada pelo educador, nas atividades que desenvolve.” (Sousa, 2003, p.131).

Por fim, cabe ressaltar que ao inserir a interdisciplinaridade tanto dentro como fora do contexto de sala de aula, fica mais acessível ao aluno uma informação mais atraente, cativadora e moderna, pelo simples fato de que “ (...) o trabalho interdisciplinar poderá ajudar a ter uma melhor compreensão das disciplinas, numa multiplicidade de maneiras e a, simultaneamente desenvolver uma mentalidade, aberta em relação aos outros.” (Pombo, Guimarães e Levy, 1994, p. 31)

ENSINO COM MÚSICA

Para Condessa (2009), é por meio da atividade do brincar, onde a criatividade, a expressão, o movimento e a fantasia são privilegiados e a criança capta de igual modo uma totalidade de regras e noções dos seus comportamentos que lhe possibilita adequar-se à sua cultura e iniciar-se numa prática desportiva, cultural e artística. Outrossim, as tarefas de expressão motora, musical, dramática, plástica, são tarefas que integram obrigatoriamente o currículo e, como resultado, precisam ser trabalhadas durante o tempo normal de escolaridade

pelos educadores. Neste sentido elaboramos uma análise empírica sobre a educação na/pela expressão musical e da função do estudante/educador no que concerne a esta área de expressão artística.

Toda a educação através da expressão musical é uma forma de arte, quer dizer, é pela arte que as pessoas se expressam, comunicam e interagem com o ambiente que as rodeia. O artista pode cantar, tocar, compor, dançar, representar, desenhar, esculpir, produzir inúmeras formas de arte, porque, dessa forma, está expressando as suas emoções por meio de sons, ouvindo sons, fazendo sons com o corpo, marcando ritmos, desenvolvendo diferentes formas de arte.

Reboredo (2003, p.20) afirma que a música “(...) deve ser ouvida e falada antes de se estudarem outros pormenores da sua constituição e formação.” Por isso, a arte musical proporciona a atuação em desafios grupais e pessoais, possibilitando a criação da identidade pessoal e social de qualquer ser humano, exaltando assim a identidade nacional através do intercâmbio cultural.

A arte é uma ação criativa e com valor estético que se revela na pintura, na dança, na dramatização ou numa singela melodia. Conforme Souriau (1976, p.289), a “(...) criança tem em si música espontânea, que só deseja tornar-se sonora. Se ajuda a criança a expandir a música que tem em si, far-se-á dela um ser não só melhor e mais nobre, mas também mais feliz.”

Neste seguimento, poder-se-á verificar que a música, uma vez sendo uma forma de arte, segue historicamente o progresso da humanidade, e se faz sempre vigente no nosso dia-a-dia. Já que, esta é uma arte que vem sendo esquecida, mas que deve ser retomada nas escolas, uma vez que proporciona ao aluno uma experiência emotiva com o meio a que pertence.

Além disso, na sala de aula, a música poderá ajudar o discente de forma mais significativa e motivadora nas suas aprendizagens. De acordo com Torres (1998, p.20), a música é uma ferramenta imprescindível para a formação do ser humano, em outras palavras, é “(...) um contributo para a formação geral da personalidade da criança: formação auditiva, psicomotora, intelectual, socioafetiva e estética.”

Para Souriau (1976, p.289), a música faz com que a criança aprenda a “ouvir, a prestar a atenção às coisas artísticas; é uma iniciação em valores muito elevados, uma formação da inteligência e da sensibilidade; a sua prática diária torna-a um poderoso meio de ação sobre o moral da criança (...)”. A música pode ainda ser estabelecida como uma forma de linguagem que se utiliza da voz, instrumentos musicais e demais recursos, para manifestar algo a alguém.

Um consenso interessante é que a música consiste numa combinação de sons e de silêncios, numa sequência simultânea ou em sequências sucessivas e simultâneas que se desenvolvem ao longo do tempo. “Ao propor-se um tema musical, as crianças deverão ser levadas a aprender primeiramente a escutá-lo: bem instaladas, em silêncio, calmas.” (Sousa, s.d.(a), p.143). Este tipo de dinâmica agrega toda a fusão de elementos sonoros destinados a serem compreendidos pela audição. Pois abrange alterações nos tipos de som (altura, duração, intensidade e timbre) que podem acontecer sequencialmente (ritmo e melodia) ou simultaneamente (harmonia).

Ritmo, melodia e harmonia são compreendidos aqui apenas no seu espírito de organização temporal, visto que a música pode envolver intencionalmente harmonias ruidosas (que contém ruídos ou sons externos ao tradicional) e arritmias. A música é um veículo importante no ensino aprendizagem, pois a criança desde pequena já ouve música desde o seio

materno. Para Sousa (2003a, p.114) “A criança descobre e vivencia novas formas de movimento, estendendo estas descobertas à conquista da sua noção de corpo, do seu equilíbrio estático e dinâmico, estruturas práticas, organizações espaciais e temporais, representações cognitivas.”

A criança atualmente necessita ser sensibilizada para o mundo dos sons, pois é pelo órgão da audição que ela possui o contato com os fenômenos sonoros e com o som. Assim, quanto maior for a sensibilidade da criança para os sons, mais ela enxergará as suas potencialidades. Por isso, é importante educar a criança desde cedo, para esse treino musical, de maneira que esta possa aflorar a sua memória e atenção. Com este fim, Souza mostra-nos ainda que a música deve ser enxergada como uma educação sensível, tendo em vista a estimulação e enriquecimento do racional, numa integração benéfica entre o pensar, o sentir e o agir” (Sousa, 2003b, p. 82).

Deste modo, a música quando aprimorada, melhora o raciocínio, aumenta a criatividade e outros dons e aptidões nas pessoas, por esta razão importa-se desfrutar esta tão suntuosa potencialidade da música nos momentos educacionais dentro e fora das salas de aula. No momento que a arte musical age no corpo de uma criança ou de um adulto, está a beira de despertar emoções, minimizar os efeitos de fadiga e elevar a autoestima do indivíduo que se encontra triste ou sem motivação para realizar determinadas atividades motoras.

Esta forma de arte está sempre corrente na vida dos seres humanos, ela deverá estar atuando na escola para dar vida ao ambiente escolar de maneira a facilitar a socialização dos alunos, bem como estimular neles o senso de criação e recriação de sons e movimentos. Para isto, a música também gera um terreno proveitoso para a imaginação, quando incita as faculdades criadoras de cada um, pois o educar pela música, proporciona uma educação profunda integrando diversos saberes e atitudes. A música “Tem especial valor na educação psicomotora, na medida em que, para além de atuar sobre os aspectos perceptivos, motiva a expressão motora.” (Sousa, s.d.(a), p.16)

Segundo Gordon (2000, p.8) “A verdadeira apreciação musical exige compreensão. Aprender música é ser guiado de forma a conseguir dar significado àquilo que se ouve.” Seguindo esta raciocínio, é possível ressaltar que na música a imaginação é mais importante que o conhecimento, ainda que através da música e de outras artes, a imaginação e as emoções podem ser despertadas e desenvolvidas, porque a música em conexão com outras artes estabelece também fortes fundamentos da educação, como o ler, o escrever, e contar, o jogar, dentre outros.

Segundo Willems, (1970, p.11) “A música favorece o impulso da vida interior e apela para as principais faculdades humanas: vontade, sensibilidade, amor, inteligência e imaginação criadora.” Além do mais, Willems alega que a música abrange os seguintes elementos fundamentais: ritmo (tempos, compasso e sub- divisões do tempo; melodia (sons, intervalos melódicos, escalas e modos); harmonia (intervalos harmônicos, acordes e cadências). Deste modo, poder-se-á afirmar que mediante a música é possível avultar a criatividade dos adultos, jovens e crianças, possibilitando assim criar a sua identidade pessoal, educando pela e através da música como uma arte de viver e de aprender através de ritmos, movimentos e canções.

Não obstante, e segundo Sousa (2003b, p.18), a meta do educador no que diz respeito ao ensino aprendizagem com música é a criança e não a música, ou seja, “Não é necessário o professor ter conhecimento de escrita musical nem saber tocar qualquer instrumento para se

poder proporcionar a crianças meios e motivações para desenvolver o seu sentido musical e satisfazerem neste domínio as suas necessidades de expressão e criação”. Ainda de acordo com o autor, "é apenas necessário que se goste de crianças, de música e que se tenham alguns conhecimentos psicopedagógicos (para evitar cair em erros que em nada ajudem a criança)." (Ibid., p.18).

Desta forma, poder-se-á ressaltar que o aporte do educador no que concerne ao ensino aprendizagem com música nos jovens tem um caráter estimulante, ou seja, este terá de ensinar a música de modo a que as pessoas tenham de ir ao encontro da música, e que esta também possa ir ao encontro das pessoas. Não é só as crianças que ficam mais envolvidas com este ensino aprendizagem, nós, adultos/professores também nós perceberemos altamente satisfeitos, porque a música para além de ser uma ótima ferramenta relaxante na vida de uma pessoa, é também um excepcional instrumento de comunicação e de interação social.

É importante frisar que a música se torna um instrumento essencial para alfabetizar, reconquistar a cultura e auxiliar na lapidação do conhecimento pelas crianças e jovens, porque a música além de aproximá-los, serve de motivação, deixa-os mais concentrados àquilo que o estudante/educador tenciona com ela, torna-se uma ferramenta de cidadania, auxiliando assim para a ascensão da sua autoestima.

Por todo o exposto, a música terá uma função de barro, ou seja, deverá ser moldada pelo educador, na maneira como ensina, no modo como interage com os jovens, na forma como perpassa a aprendizagem dos mesmos, possibilitando chegar a estes a tal melodia pretendida, o ajustamento de ensino e professor criativo, expressivo e dinâmico, para que a música alcance à todos e entre nos seus conscientes de maneira que estejam motivados à participação de novos desafios em suas vidas.

METODOLOGIA

Inicialmente, será realizada uma pesquisa bibliográfica atrelada à temática pretendida, valendo-se, de igual modo, à ponderação naturalista das práticas educativas, e à elaboração de questionários (cf. questionário a seguir) à escola para efetuar um estudo sobre “A Música Como Instrumento de Inclusão Social”, numa fase inicial do processo de caso prático. Posteriormente, realizar-se-á uma análise sobre as informações coletadas na documentação analisada, cujo objetivo é elaborar um campo de referências teóricas.

Assim, serão cruzadas as vertentes quantitativa e qualitativa. Com a utilização conjunta dos métodos qualitativos e quantitativos viabiliza-se um levantamento maior de informações, distintivamente do que se procura de forma isolada. Como instrumentos usaremos entrevistas e questionários, bem como pesquisas bibliográficas como apoio, pois é utilizada em qualquer estudo exploratório para a delimitação de um assunto em investigação. Importa mencionar que será realizada a elaboração de um questionário, mas com uma adaptação ao público a quem se dirige, porque um questionário será feito para os educandos de música e outro para os seus pais.

No que se refere à estruturação da ferramenta de coleta de informação, o questionário será organizado de maneira a abranger grupos de questões. O primeiro grupo atingirá sobre a recolha de informações de caracterização pessoal e profissional dos questionados, especificamente, a idade e habilitações académicas. No segundo grupo de perguntas, objetiva-se extrair dados relativos à influência, satisfação e desenvolvimento dos alunos no âmbito da

expressão musical, bem como saber a sua opinião acerca da importância da música no processo de ensino e aprendizagem dos seus alunos, nas escolas.

As questões, umas fechadas e outras abertas, servirão para obter dados considerados pertinentes para o nosso estudo. Com as questões fechadas, pretende-se obter informações objetivas que nos permitissem responder questões a respeito da atratividade dos jovens pela música; identificação de aspetos positivos no desenvolvimento dos jovens por intermédio da música; através dos jovens que estão a estudar música, mitigar o impacto social que a música tem sobre a comunidade. Assim, o questionário, neste domínio de questões, será desenhado segundo a escala de Likert, com cinco possibilidades de resposta, onde serão classificadas as questões de acordo com o que o inquirido sente, correspondendo o um (1) a pouco importante e o cinco (5) a muito importante.

As questões consideradas mais fulcrais neste domínio serão as que se relacionam com o nosso objetivo em saber a atratividade dos jovens pela música, conhecer e identificar os aspetos positivos no desenvolvimento dos jovens através da música, bem como a mitigação do impacto social que a música exerce sobre a comunidade, através de exemplos dos jovens que estão a estudar música.

As questões fechadas são

- Entendes que a música é interessante para a tua vida?
- Consideras que a Educação Musical motiva os estudantes para um maior envolvimento/ participação na vida escolar?
- Consideras que a música contribui para o seu desenvolvimento nas aprendizagens dentro e fora da escola?
- Achas que a música contribui para seres uma pessoa melhor no teu convívio?

Relativamente às questões de resposta aberta, pretende-se captar a percepção dos respondentes para a temática e para se captar o sentimento dos educandos. Estas questões são abertas com o objetivo de dar liberdade às respostas dos respondentes e para não limitar a sua liberdade de resposta. Nesse sentido, algumas das questões apresentadas foram:

- Considera que a música interfere no seu estado de espírito? Por favor, podes descrever um pouco?
- Consideras que houve mudança positiva no seu comportamento depois que passaste a estudar música? Podes descrever?
- Consideras que depois que começaste a estudar música, passaste a ser mais participativo(a), sociável, alegre, entusiasta, mais ativo/participativo na escola? Por favor, poderás descrever o teu sentimento?
- Consideras que a educação musical contribui para a sua interação na escola, como promotora de conceitos de cidadania, respeito, disciplina, trabalho em grupo, entre outros?

- No teu entender, os alunos melhoraram o seu desempenho nas disciplinas de Português, Matemática, História, etc, se utilizassem a música como ferramenta? Podes dizer o que pensa sobre isto?

- Considera que houve alterações nas suas atitudes e comportamentos, após a frequência das aulas de música?

- Indica 3 situações / características pessoais:

a) Antes de entrar para as aulas de música.

b) depois de entrar para as aulas de música.

E para os pais dos educandos tencionamos por obter informações objetivas que nos permitissem entender questões relativas à influência dos seus respectivos filhos pela música, tais como identificação de aspetos positivos gerados no desenvolvimento dos seus filhos através da música, conhecer o impacto social que a música tem sobre essas crianças num âmbito social e convívio nas comunidade e escolas.

Desta forma, o questionário foi desenhado com perguntas abertas com o objetivo de dar liberdade às respostas dos respondentes e para não limitar a sua liberdade de resposta. Nesse sentido, as questões apresentadas foram:

- Considera que a música interfere no estado de espírito do seu filho(a)?

Por favor, pode descrever um pouco?

- Considera que houve mudança positiva no comportamento do seu filho(a) depois que ele(a) passou a estudar música? Pode descrever?

- Considera que o seu filho(a), depois que começou a estudar música, é mais participativo, sociável, alegre, entusiasta, mais ativo/participativo na escola? Por favor, poderá descrever o seu sentimento?

- Considera que a educação musical contribui para a interação do seu filho(a) na escola, como promotora de conceitos de cidadania, respeito, disciplina, trabalho em grupo, entre outros?

- No seu entender, os alunos melhoraram o seu desempenho nas disciplinas de Português, Matemática, História, etc, se utilizassem a música como ferramenta? Pode dizer o que pensa sobre isto?

- Considera que houve alterações nas atitudes e nos comportamentos do seu filho(a), após a frequência das aulas de música?

- Indique 3 situações / características pessoais:

a) antes do seu filho(a) entrar para as aulas de música;

b) depois do seu filho(a) entrar para as aulas de música.

Atualmente a falta de entendimentos, a escassez de recursos, bem como a dificuldade em proporcionar adequação de metodologias instrumentais e musicais aos educandos, é uma realidade que se transformou numa das deficiências dos educadores nos dias de hoje, principalmente a falta de ligação entre a música as inúmeras áreas da aprendizagem.

Ao não superarem essas problemáticas, e a dura realidade de não reivindicarem de si mesmas ferramentas para suprir esses mesmos inconvenientes, poderá auxiliar de alguma maneira para a desmotivação dos alunos no que tange à conquista de específicas habilidades na área musical, nomeadamente, no cantar, tocar um instrumento, dentre outras capacitações que são fundamentais para o crescimento pleno da criança. Esta situação motivou-nos para o nosso estudo empírico e levou-nos a criar um questionário composto por questões abertas e fechadas.

Neste sentido, Ghiglione e Matalon (1997) evidenciam-nos que um questionário, em sua essência, é uma ferramenta implacavelmente convencional tanto no texto das perguntas, como na sua organização, viabilizando-nos perceber de forma dúbia as metas da nossa pesquisa. Assim sendo, e numa primeira instância, começamos por caracterizar os sujeitos inquiridos, de modo a retirar conclusões generalizáveis. Pois, tal como refere

Ghiglione e Matalon (1997, p.7), “O inquérito pode ser definido como uma interrogação particular de uma situação englobando indivíduos, com o objetivo de generalizar”, o que nos permite uma maior compreensão acerca do conteúdo das respostas, bem como um maior aprofundamento compreensivo da temática em estudo.

Para além disso, é necessário referir que as questões abertas do questionário foram sujeitas a uma análise qualitativa sobre o estudo em causa, permitindo-nos deste modo, perceber melhor as opiniões dos pais e alunos acerca dos objetivos do nosso estudo, através da realização de uma análise de conteúdo.

Além da pesquisa qualitativa, foi realizado também um estudo quantitativo, que se fundamentou na objetividade. Essa metodologia é imbuída pelo positivismo e crê que a vida real só poderá ser percebida com um cunho da verificação de dados brutos, coletados com a ajuda de ferramentas padronizadas e neutras.

A metodologia quantitativa apela à linguagem matemática para delinear as razões de um acontecimento, a familiaridade entre variáveis, dentre outros. Desta forma, o estudo quantitativo, viabiliza uma reflexão profunda e a delimitação de leis elucidativas de relação causa-efeito que ocorrem entre os indivíduos que se submetem ao aprendizado da música, indo de encontro (ou não) à previsão da sua ocorrência e das respectivas condições. Estes estudos quantitativos fundamentaram-se em grandes amostras, fundamentadas na crença de que a realidade social se repete e é passível de estruturação por meio de modelos, obtendo assim, os resultados suscetíveis de generalização.

A pesquisa fez uma seleção de amostra intencional, ou seja, por julgamento. Partindo-se de um bom julgamento e com uma estratégia acertada, escolhemos os casos a serem utilizados e, desta maneira, atingir amostras que sejam satisfatórias para as necessidades da pesquisa. No caso das amostras por julgamento, optamos por casos julgados como típicos da população pesquisada e, desta forma, supor que os erros de julgamento nesta seleção tendem a se equilibrar. Esta seleção de amostra intencional é a mais tradicional das amostras não probabilísticas.

Para Gil (1999), a seleção de amostra intencional tem como vantagem primordial o custo diminuído de seleção, contudo, se faz necessário um conhecimento elevado sobre a população escolhida, pois sem esse estudo antecipado, será necessário a criação de pressuposições, o que geralmente pode atrapalhar a veracidade da amostra. Assim, para que a amostra intencional seja bem fundada, além de algum conhecimento sobre o universo pesquisado, usaremos muito da intuição também, pois, como são diversas as amostras, do mesmo modo são por primazia, um recurso da investigação qualitativa, por não ter a finalidade de generalização dos resultados, mas sim, com a captação e compreensão dos significados. Os resultados obtidos através dos estudos com amostra intencional, dificilmente podem ser generalizados para além do grupo estudado.

No que se refere o caso de utilização de pesquisa com caráter misto, a investigação qualitativa nos auxiliou a encontrar variáveis não detectadas pela investigação quantitativa, dessa forma, auxiliando a compreender as limitações do método quantitativo na explicação da realidade e na criação de padrões comportamentais.

Assim como, pesquisadores qualitativos podem descrever uma situação de maneira aprofundada e com uma maior riqueza de detalhes, sem que isto represente um retrato da realidade estudada.

Realiza-se uma pesquisa que combina a vertente qualitativa com a quantitativa, onde fundamentamos em dados coligidos nas interações interpessoais, analisando e interpretando os aspectos mais profundos e expondo a complexidade do pensamento humano, trazendo assim, uma análise mais detalhada sobre a nossa investigação, como atitudes, hábitos e tendências de comportamento.

A pesquisa qualitativa foi realizada com um grupo de alunos, em sua maioria, entre as idades de 7 a 16 anos, bem como seus respectivos pais, cujo objetivo era alcançar a compreensão sobre a influência da música, no sentido social da palavra, integral e solidário.

RESULTADOS PARCIAIS

Espera-se concluir através da pesquisa que quanto mais cedo o contato com a música, mais fortes são as conexões e a assimilação dos valores adquiridos. Principalmente quando o ensino musical é realizado de forma lúdica, prazerosa e em grupos, incentivando o desenvolvimento de outros valores como respeito, cidadania, responsabilidade e empatia junto ao próximo. Um ambiente com música é um ambiente alegre, e onde há alegria e aprendizado, há transformação.

Também deve-se concluir que os benefícios do ensino musical vão além da possibilidade de profissionalização. A arte e a prática musical são compreendidas como um poderoso instrumento de transformação individual e de desenvolvimento destes jovens.

Tendo como contexto jovens em situação de vulnerabilidade social, o que a música oferece à criança e ao jovem é algo muito maior e necessário: a sensação de pertencimento e a capacidade de, em meio à adversidade, fazer com que ela volte a sonhar.

Também espera-se concluir que a música também ajuda no desempenho escolar. Dentre as vantagens do estudo musical, de canto ou de instrumentos para os jovens, estão o estímulo à autodisciplina, à paciência e ao raciocínio lógico. As habilidades cognitivas e a criatividade

também são bastante incentivadas neste processo. O aprendizado ligado à música ainda fortalece a memória, melhora a concentração, atenção, coordenação motora, a comunicação e a sensibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que atualmente são muitas as propostas e ações voltadas à inclusão, seja ela de qual natureza for, racial, social, étnica, entre outras. O fato é que as ações inclusivas demandam mudança de mentalidade e se fazem com idéias, vivências, estudo e muito amor humano.

Para cada proposição de intervenção inclusiva, há que se conhecer a natureza de cada problema a ser tratado. Ou seja, as questões de inclusão social requerem conhecimento social, políticas sociais, economia; as questões de inclusão e acesso educacional requerem conhecimentos pedagógicos, da realidade educacional, do processo ensino-aprendizagem; as questões de inclusão digital requerem conhecimentos tecnológicos, políticas de informatização, mercado e educação tecnológica; enfim, cada inclusão tem sua especificidade, suas questões particulares. Inclusão se faz com acolhimento, mas é preciso também conhecimento da realidade para que se garanta o direito a voz e o sentimento de pertencimento dos excluídos. Por isso, mais do que defender a necessidade de profissionais com conhecimento musical para atuar nas escolas, há que se difundir a ideia da presença de professores com competência pedagógico-musical e comprometimento em relação à questão da inclusão.

É importante compreender que para o processo educacional e para as crianças, participar de atividades que os considere como seres criativos, com bagagens culturais importantes, com musicalidade e potencialidades artísticas, já é uma vivência inclusiva, mesmo que com as diferenças biológicas, culturais e sociais existentes.

A música é do ser humano, seja ele de qual raça, credo, ou cultura for. A experiência da música é a certeza da humanidade que há no homem. Queiróz (2001), sugestivamente já apregou isto no título de sua obra - *A música compõe o homem, o homem compõe a música*. A música é uma instituição humana e não há ser humano e nem cultura sem a presença da música.

Dito isto, é preciso que se diga que as vivências musicais na escola devem prever a possibilidade de formar músicos, mas também devem transpor esta meta, pois para isto existem centros de formação de músicos. Ampliar o repertório de *Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia*, Curitiba v.2, p. 32 – 46. 2011. informações musicais, ouvir as expressões sonoras de outras culturas, conhecer os vários modos de fazer música, resignificar a experiência musical com outras formas de escuta, identificar as preferências musicais, desenvolver o senso crítico e estético, são alguns dos muitos objetivos da música na escola.

E para tanto não é necessário que se criem „filtros“. É preciso sim uma dose de desprendimento e coragem por parte do educador. Com deficiência ou não, sendo afrodescendente ou não, pertencendo ou não a uma classe econômica mais abastada, não importa, a música é de todos e sua vivência é um direito.

Também é sabido que isto não é um privilégio das atividades musicais, isto se aplica a qualquer outra atividade com linguagens artísticas, principalmente as de cunho educacional.

Trabalhos como este realizado com o Couro Cabeludo em Curitiba, na verdade são apenas amostras do quanto vale a pena investir em propostas inclusivas. O retorno é educacional, social, cultural, espiritual.

O educador Snyders (1992) indagou e respondeu provocativamente se a escola poderia ensinar as alegrias da música e concluiu que sim, que isto é uma prática possível a partir de uma mudança atitudinal dos educadores. Portanto, neste momento em que a música passa a ser um conteúdo obrigatório nas escolas de educação básica no Brasil, além de seus conteúdos artísticos e estéticos, é preciso que se repense as competências básicas, a visão e a postura dos educadores designados para esta tarefa.

A música como uma prática inclusiva, certamente, depende de um comprometimento com uma educação voltada ao aspecto humanizante do universo escolar, em que as atividades educativas se configurem como exercícios de respeito às diferenças e como oportunidades para a expressão plena das crianças dos jovens.

Como já exposto no início deste trabalho, na mesma canção (Serra do Luar - 1979), do compositor Walter Franco, parece haver um indicativo acolhedor e sereno para quem vê na música um espaço inclusivo quando se entoa: “Tudo é uma questão de manter / A mente quieta / A espinha ereta / E o coração tranquilo”.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, L. (2003). Desenvolvimento profissional dos professores e inovação educativa. Revista Elo – número especial – A formação de professores. Guimarães: Centro de Formação de Francisco de Holanda.
- ARROYO, Margarete. Transitando entre o “formal” e o “informal”: um relato sobre a formação de educadores musicais. In: SIMPÓSIO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 7., 2000, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2000. p. 77-90..
- BRITO, T. (2010), Educação musical: uma caixa de música. V Seminário Fala Outra escola, Campinas-SP, Carregando Sonhos. GEPE/Unicamp.v. I .
- BRITO, Teca A. Educação musical: uma caixa de musica.In: V Seminário Fala Outra escola, 2010, Campinas, Carregando Sonhos. GEPE/Unicamp, 2010.v. I p. 189-198..
- BRÉSCIA, V. (2003). Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva. São Paulo: Átomo..
- CARBONELL, J. (2016). Pedagogias do século XXI: Bases para a educação . Porto Alegre: Penso, 2016.
- CATÃO, Virna Mac-Cord. Musicalização na Educação infantil: entre repertórios e práticas culturais e musicais. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- DAYRELL, Juarez. A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. .
- DROGOMIRECKI, V. (2010) Educação Musical Inclusiva: um estudo dos dados do Projeto Arte Inclusão, do centro de educação profissional em Artes Basileu França (CEPABF). Dissertação de Mestrado em Música na Contemporaneidade. Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- DROGOMIRECKI, Viviane C. Educação Musical Inclusiva: um estudo dos dados do Projeto Arte Inclusão, do centro de educação profissional em Artes Basileu França (CEPABF). Dissertação de Mestrado em Música na Contemporaneidade. Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010..
- FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. A educação musical do século XX: os métodos tradicionais. In: JORDÃO, Gisele et al. A música na escola. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2012. cap. 2, p. 85-87.
- FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008..
- FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 13.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. Coleção O Mundo, v.21, 1983..
- GALVÃO, M. C. B.; PLUYE, P. RICARTE, I. L. M. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 4-24, set. 2017/fev. 2018.
- GARDNER, H. (1995). Inteligências Múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas.

- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.
- HEMSY DE GAINZA, Violeta. Estudos de psicopedagogia musical. São Paulo: Summus, 1988..
- HOWARD, W. (1984). A música e a criança. São Paulo: Summus.
- ILARI, B. A música e o cérebro: algumas implicações do neurodesenvolvimento para a Educação musical. Revista da ABEM, Porto Alegre, v. 9, p. 7-16, set. 2003..
- KARAGIANNIS, A; STAINBACK, W; STAINBACK, S. Fundamentos do Ensino Inclusivo. In: STAINBACK, W; STAINBACK, S (org). Inclusão um guia para educadores. Porto Alegre, Artmed, 1999. p. 21-31.
- KEBACH, Patrícia; DUARTE, Rosângela. Educação musical e educação especial: Processos de inclusão no sistema regular de ensino. Textos e Debates, Boa Vista, v. 2, n. 15, p. 98-111, 2008.
- LACLAU, E. (2006). Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: Amaral, Aécio; BURITY, Joanildo (Orgs.). Inclusão social, identidade e diferença: perspectiva pós-estruturalista de análise social. São Paulo: Annablume. .
- LIMA, Ailen Rose Balog de. Metodologia da Educação Musical: fazendo da docência uma arte. 2010. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, UNISAL, Americana, 2010.
- LOUREIRO, A. (2001) - O ensino da música na escola fundamental: um estudo exploratório. Belo Horizonte: Mestrado em Educação da PUC/Minas.
- MARTINS, E. (2009) A Inserção da música em projetos sociais: Ação de cidadania e inclusão social. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- MINISTÉRIO da Educação e Cultura (MEC). Programa Ética e Cidadania: inclusão social. Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/seif/eticaecidadania/index.html> . Acesso em 20 de Agosto de 2020. .
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO et al. Estratégias e orientações sobre artes: respondendo com arte às necessidades especiais. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2002.
- MONTEIRO, Liana Gomes. Reflexões sobre os desafios na adaptação de conteúdos em música para o ensino de pessoas com necessidades educacionais especiais: um relato de experiência. 2015. 54 f. Monografia (Licenciatura em Música) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015..
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2001..
- OLIVEIRA, Alda. Aspectos Históricos da Educação Musical no Brasil e na América do Sul. In: OLIVEIRA, Alda; CAJAZEIRA, Regina (Orgs). Educação Musical no Brasil. Salvador: P & A, 2007, p.5..
- OLIVEIRA, Keila Rosa de. Panorama da Educação Musical: práticas metodológicas em duas escolas de música de Goiânia – GO. 2011. 79 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.
- PAVLOVA, A. (2006). Música que revoluciona destinos. Rio de Janeiro: Anuário VivaMúsica.
- PENNA, Maura. Música(s) e seu ensino. Porto Alegre: Sulina, 2008..
- PEREGRINO, Y., Penna, M., Coutinho, S. e Marinho, V. (1995). Da camiseta ao museu: o ensino das artes na democratização da cultura. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB.
- PEREIRA, Lígia Moreno. Educação musical na escola pública: um olhar sobre o projeto “Música para todos”. 2011. 135 f. Dissertação de Mestrado – Núcleo de Ciências Humanas, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2001. .
- PINTO, Mirim Corrêa. Tecnologia e ensino-aprendizagem musical na escola: uma abordagem construtivista interdisciplinar mediada pelo software Encore versão 4.5. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- QUEIROZ, Gregório José Pereira de. A música compõe o homem, a música compõe o homem. São Paulo: Cultrix, 2001..
- QUEIROZ, J.P. (2001). A música compõe o homem, a música compõe o homem. São Paulo: Cultrix.
- REZENDE, Elcio Naves. A importância dos jogos, brinquedos e brincadeiras para a Psicomotricidade. In: Encontro Anual da ABEM, 15, 2006, João Pessoa. Anais...João Pessoa: UFPB; 2006, 90-95..
- RIBEIRO, Rosa Maria. Música na educação infantil: um mapeamento das práticas pedagógico-musicais na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. .
- SANTOS, Nadma Islane Oliveira. “Métodos Ativos” no Curso de Musicalização do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández. In: Encontro Regional Sul da ABEM, 17, 2016, Curitiba. Minas Gerais: UCAM, 2016.
- SANTOS, Nadma Islane Oliveira. “Métodos Ativos” no Curso de Musicalização do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández. In: Encontro Regional Sul da ABEM, 17, 2016, Curitiba. Minas Gerais: UCAM, 2016.
- SCHERER, Cláudia de Assis. Educação musical: Contribuições para o desenvolvimento do pensamento infantil. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 24, n. 1, p. 163-182, jan./abr. 2013..
- SNYDERS, G. (1992). A escola pode ensinar as alegrias da música? São Paulo- Brasil. Cortez.
- SNYDERS, Georges. A escola pode ensinar as alegrias da música? São Paulo: Cortez, 1992..
- SOUSA, A. B. (2003). Educação pela Arte e Artes na Educação – Drama e Dança. Lisboa: Instituto Piaget. Horizontes Pedagógicos.

- TEIXEIRA, C. (2005). Educação e inclusão social – Os limites do debate sobre o papel da escola na sociedade contemporânea. Universidade Federal do Paraná. Curitiba PR. Núcleo Disciplinar para Integração.
- THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1992. .
- UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia. 1990.
- WILLEMS, E. (1970). As Bases Psicológicas da Educação Musical. Bienne: Edição Patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian, Edições Pró-Música.



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Publicação Mensal da INTEGRALIZE

Aceitam-se permutas com outros periódicos.

*Para obter exemplares da Revista impressa, entre em contato com a Editora Integralize pelo **(48) 99175-3510***

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

Associação Catarinense de Tecnologia

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande, CEP 88032-005.

Telefone: (48) 99175-3510

<https://www.integralize.onlin>